

# FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



**MOSTRA  
CIENTÍFICA  
INTERDISCIPLINAR  
FACTU 2014**

**Inovação e Sustentabilidade**

- Lançamento de Livros e Revistas
- Palestras
- Mostra de Iniciação Científica
- Exposição de Projetos de Pesquisa

**08, 09 e 10  
de Maio/2014**

**Informações: (38) 3676-6222 / 3676-3490  
Rua Rio Preto, 422 - Centro / [www.factu.br](http://www.factu.br)**



# ANAIS

UNAÍ/MG  
2014

ANO 01 NUMERO 01

# ANAIS DA 4ª MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR FACTU 2014

Publicado pela

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ - FACTU  
NÚCLEO DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO - NUPEX**

Adalberto Lucas Capanema  
**Presidente AEPU**

Maria José Lucas Capanema  
**Diretora Administrativa**

Adalberto Lucas Capanema  
**Diretor Geral**

Dêner Geraldo Batista Neves  
**Coordenador Núcleo de Pesquisa,  
Extensão e Pós-Graduação**

Secretária Geral  
**Fabricia Lucas de Mendonça**

**Contatos NUPEX**  
38 3676 6222  
www.factu.br

## **Editor**

Dêner Geraldo Batista Neves

## **Conselho Editorial**

Ana Carolina Ribas Palma  
Cláudio Thiago Vieira da Mata  
Gabriel Moreira  
Graziela Cristina Simões  
Juliana Alves Lacerda  
Lidiane Campos dos Santos  
Lilian Rodrigues Maia  
Lorrany Silva Barbosa Freitas  
Maria Aparecida de Oliveira  
Michelle Lucas Cardoso Balbino  
Nayami Martins Borges  
Nathalia Oliveira Martins  
Rosângela Silveira Rodrigues  
Wellington José Santana

## **Revisão**

Juliana Alves Lacerda

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da Biblioteca da FACTU.**

MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR – Ano 01, nº 01 (Jan/Jul 2014). Unaí: FACTU, 2014.

Anual  
ISSN 1519 – 1958

1. Interdisciplinar. 2. Metodologia. 3. Ciência. 4. Inovação

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio.  
As matérias publicadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>06</b>
<b>BUSCA DE MUTAÇÕES NO EXON1 DO GENE KRAS EM AMOSTRAS DE CARCINOMA DE VESÍCULA BILIAR/ 1.4 PROGNÓSTICO BASEADO EM ANÁLISE DE DNA</b>	<b>08</b>
<b>ANTAGONISMO "IN VITRO" DE TRICHODERMA SP. E PATÓGENOS DA CULTURA DO FEIJOEIRO COMUM (PHASEOLUS VULGARIS L.)</b>	<b>09</b>
<b>BEM PESSOAL E BEM COLETIVO: JUSTIÇA E BEM COMUM</b>	<b>10</b>
<b>A INDISCIPLINA NAS SÉRIES INICIAIS: A VISÃO DO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA</b>	<b>11</b>
<b>OS DESAFIOS NO EXERCÍCIO DA SUPERVISÃO EM DE MINAS GERAIS</b>	<b>12</b>
<b>PROJETO ETHOS</b>	<b>13</b>
<b>HIGIENE E SAÚDE BUCAL NAS AULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG</b>	<b>14</b>
<b>O VOLEIBOL COMO POLITICA PÚBLICA DE SOCIALIZAÇÃO JUVENIL</b>	<b>15</b>
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: DA TEORIA PEDAGÓGICA AO PRESSUPOSTO DO DIREITO</b>	<b>16</b>
<b>HUMANIZAÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>UM ESTUDO SOBRE MULHERES NO ESPORTE</b>	<b>18</b>
<b>O PAPEL DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NA RETOMADA DA EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	<b>19</b>
<b>A CAPOEIRA E O ESPORTE: ANOTAÇÕES A PARTIR DA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL DE NORBET ELIAS</b>	<b>20</b>
<b>ARTES MARCIAIS E UNIVERSOS RELIGIOSOS</b>	<b>21</b>
<b>AS ARTES MARCIAIS MISTAS (MMA) COMO ESPORTE MODERNO: ENTRE A BUSCA DA EXCITAÇÃO E A TOLERÂNCIA À VIOLÊNCIA</b>	<b>22</b>
<b>AS ARTES MARCIAIS E SUA INFLUENCIA NA SOCIEDADE</b>	<b>23</b>
<b>VIOLÊNCIA NO FUTEBOL: UM OBJETO SOCIOLÓGICO</b>	<b>24</b>
<b>FUTEBOL E SOCIEDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: VISÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS</b>	<b>25</b>
<b>A PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS DA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG, ACERCA DA IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA COM SUAS EQUIPES</b>	<b>26</b>
<b>A APLICABILIDADE DO PARAGRAFO 4º DO ART. 39 DA CF/88, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DO NOROESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>	<b>27</b>
<b>O INSTITUTO DA PENHORA ON LINE</b>	<b>28</b>
<b>A RESERVA LEGAL E AS ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE COMO FATOR QUE LIMITAM O DIREITO DE PROPRIEDADE NA APLICAÇÃO REAL</b>	<b>29</b>

<b>BIODIREITO, UMA VISÃO HUMANISTA DA VIDA</b>	<b>30</b>
<b>COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA DE CRIANÇAS DE 5 A 8 ANOS</b>	<b>31</b>
<b>ANALISE DA COMPOSIÇÃO DA CORPORAL DE MULHERES PRATICANTES DE EXERCÍCIO RESISTIDO</b>	<b>32</b>
<b>ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ADOLESCENTES DE DIFERENTES IDADES</b>	<b>33</b>
<b>FREQUÊNCIA DO CONSUMO DE ALCOOL EM DOCENTES DE UMA INSTITUICAO PRIVADA</b>	<b>34</b>
<b>ENERGIA SOLAR CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS</b>	<b>35</b>
<b>EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>36</b>
<b>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONTRIBUIÇÃO PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DE UM SOLO DEBILITADO E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS</b>	<b>37</b>
<b>ASSISTENCIA TÉCNICA E MANEJO SUSTENTÁVEL DO USO DA TERRA PELOS ASSENTADOS, EM PROL DE GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR</b>	<b>38</b>
<b>O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM PROJETO DE ASSENTAMENTO</b>	<b>39</b>
<b>AS FAMÍLIAS ASSENTADAS E O USO DO BIODIGESTOR COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAMENTO DE DIFICULDADES</b>	<b>40</b>
<b>A EDUCAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS</b>	<b>41</b>
<b>AS RESERVAS LEGAIS E O ATENDIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL</b>	<b>42</b>
<b>A NOVA USUCAPIÃO FAMILIAR</b>	<b>43</b>
<b>A EFETIVAÇÃO DA USUCAPIÃO COLETIVA EM ÁREAS DE CRESCIMENTO DESORDENADO (FAVELAS)</b>	<b>44</b>
<b>A EFICÁCIA DA USUCAPIÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES BRASILEIRAS</b>	<b>45</b>
<b>DIREITO DE SUCESSÃO É CAUSA IMPEDITIVA NA AQUISIÇÃO DA POSSE?</b>	<b>46</b>
<b>A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>47</b>
<b>MUDANÇAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS</b>	<b>48</b>
<b>PEDOLOGIA: PLANOSSOLO</b>	<b>49</b>
<b>OSTEOPOROSE</b>	<b>50</b>
<b>HIGIENE E SAÚDE DOS OLHOS NAS AULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS EM ESCOLAS DO MUNICIPIO DE UNAI-MG</b>	<b>51</b>
<b>CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: VISÃO DOS MEMBROS PARTICIPANTES</b>	<b>52</b>
<b>PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NOS ASSENTAMENTOS</b>	<b>53</b>
<b>O IMPACTO AMBIENTAL DOS BARRAMENTOS PARA A POPULAÇÃO</b>	<b>54</b>
<b>ESQUIZOFRENIA</b>	<b>55</b>

<b>O AGENTE COMUNITÁRIO EM SAÚDE E SEU TRABALHO</b>	<b>56</b>
<b>BASE PARA O PLANEJAMENTO DOS ASSENTADOS</b>	<b>57</b>
<b>FILOSOFIA CLÁSSICA: SÓ SEI QUE NADA SEI</b>	<b>58</b>
<b>FILOSOFIA MEDIEVAL</b>	<b>59</b>
<b>OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS: RENASCIMENTO FILOSÓFICO</b>	<b>60</b>
<b>FILOSOFIA POLÍTICA ILUMINISTA E O NEOCOLONISMO BURGUESES</b>	<b>61</b>
<b>A FILOSOFIA PERDE O TRONO: FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA</b>	<b>62</b>
<b>MODALIDADES DE CONDUTA: A CONDUTA JURÍDICA</b>	<b>63</b>
<b>ESTÁTICA E DINÂMICA DO DIREITO</b>	<b>64</b>
<b>TEORIAS TRIDIMENSIONAIS</b>	<b>65</b>
<b>DIREITO E MORAL NA IDADE MÉDIA</b>	<b>66</b>
<b>O VALOR DA PESSOA HUMANA: A PESSOA COMO VALOR FONTE</b>	<b>67</b>
<b>ALIMENTAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES</b>	<b>68</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS DIFERENTES TEORIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	<b>69</b>
<b>NOVAS PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA</b>	<b>70</b>
<b>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA LEISHMANIOSE VISCERAL: CASOS NOTIFICADOS EM 2011 NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG</b>	<b>71</b>
<b>INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE</b>	<b>72</b>
<b>PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR 2014</b>	<b>73</b>

# APRESENTAÇÃO

Conforme compromisso firmado em nosso plano de desenvolvimento institucional a FACTU criou e busca fortalecer o Programa de Iniciação Científica (PIC). Este Programa destina-se a formação de novos recursos humanos para a pesquisa, desenvolvendo não só suas habilidades de investigação como também sua consciência crítica voltada a diferentes áreas do saber, por meio de: cumprimento de atividades complementares, apoio à participação voluntária, e incentivo a iniciação científica nas disciplinas dos cursos de graduação.

A Mostra Científica Interdisciplinar, é um evento realizado no primeiro semestre de cada ano desde 2011, destinado a reunir toda a comunidade acadêmica para a discussão da produção científica na instituição e, sobretudo criar um espaço para difusão dos trabalhos de iniciação científica realizado nas disciplinas dos cursos de graduação, estimulando a troca de experiências e a interdisciplinaridade.

A Mostra é resultado da parceria entre Direção, coordenação de cursos e NUPEX em um esforço conjunto para fomentar a iniciação científica cujos objetivos são:

- ✓ Incentivar o desenvolvimento e a realização da pesquisa científica institucional, visando o aprimoramento dos corpos docente e discente;
- ✓ Proporcionar aos estudantes a orientação por pesquisador qualificado, e o aprendizado de técnicas e métodos de pesquisa, mediante contato direto com os problemas de pesquisa;
- ✓ Estimular pesquisadores produtivos a engajarem estudantes de graduação no processo de investigação, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa na Instituição;
- ✓ Promover a interdisciplinaridade das áreas do saber através de pesquisas de iniciação científica.

A estratégia utilizada para alcançar esses objetivos foi lançar em março de 2014 o Guia de Iniciação Científica; o fórum permanente de coordenadores que se reuniu durante muitas horas ao longo de 75 dias de preparação do evento; o lançamento entre os dias 08 e 10 de maio de 2014, três novas publicações – FACTU CIÊNCIA, FACTU JURÍDICA E O EBOOK CONSCIÊNCIA VERDE; a realização de palestras na área de iniciação e divulgação científica, empreendedorismo, oratória e coleta e análise de dados. Como resultados listamos: 161 publicações de banners sob a forma de resumos, resenhas, coleta de dados e projetos de pesquisa com a participação de dezenas de professores orientadores em nosso sete cursos de graduação. Foram 42 publicações do curso de Agronomia, 39 do curso de Direito, 23 do curso

de Administração, 19 do curso de Ciências Contábeis, 12 do curso de Enfermagem e 09 do curso de Pedagogia.

Obteve-se uma avaliação positiva da comunidade acadêmica com índice de satisfação com a capacidade da mostra de aprimorar as técnicas de redação e pesquisa em 88 %, e satisfação com a qualidade dos trabalhos de iniciação científica em 74%. As publicações envolveram diretamente mais de 240 acadêmicos e cerca de 20 professores orientadores e mais de 30 professores avaliadores. Destaca-se a participação efetiva e engajada dos coordenadores de curso: Adriane de Sousa Araújo, Cláudio Thiago Vieira da Mata, Gabriel Moreira, Graziela Cristina Simões, Lidiane Campos dos Santos, Lilian Rodrigues Maia e Maria Aparecida de Oliveira. O apoio logístico e estrutural através de mantenedora a AEPU e seu presidente Adalberto Lucas Capanema, sua equipe de colaboradores e em particular os setores de Patrimônio e Comunicação, que sob a responsabilidade dos colaboradores Elaine Santiago e Natal Trindade compuseram junto com o NUPEX a equipe de apoio geral do evento.

Em particular agradecemos a todos os professores e acadêmicos que publicaram, avaliaram, participaram e motivaram na realização deste grande encontro de iniciação científica.

**O editor**

# **BUSCA DE MUTAÇÕES NO EXON1 DO GENE KRAS EM AMOSTRAS DE CARCINOMA DE VESÍCULA BILIAR/ 1.4 PROGNÓSTICO BASEADO EM ANÁLISE DE DNA**

## **RESUMO**

PANIAGUA, José Antonio; NANDERSON, Antônio  
MOREIRA, Patrícia; PINHEIRO, Elen; LAYLA, Hanna

**Palavras-chave :** Mutação. Carcinoma. Prognóstico molecular.

O nosso conhecimento atual sobre os cânceres associados a vírus tiveram origem em biópsias nas quais foi possível identificar e estudar diversos genes reguladores do Sistema de controle do ciclo celular, entre eles os proto-oncogenes cuja função está relacionada aos mecanismos de crescimento, diferenciação e proliferação celular normais, além disso, os produtos desses genes são fatores de crescimento, receptores de membrana e proteínas de ligação ao DNA. De fato, essas proteínas normais perfazem um Sistema de Controle do Ciclo Celular (SCCC). Neste grupo, diversos genes têm sido estudados e reportados na literatura específica. Em destaque, a ênfase é para o proto-oncogene KRAS-2B, que produz uma proteína de ligação ao GTP (Guanina Trifosfato de Adenosina). A mutação somática pontual no KRAS ocorre com ganho de função e compromete a homeostasia do ciclo celular, cujas principais consequências são a inibição da apoptose e sinalização constitutiva para proliferação descontrolada de células com lesões pré-cancerosas. Em contrapartida, os genes supressores de tumor (GST), como por exemplo: o TP53 e o RB, que regulam a transcrição do DNA e mantém as células alteradas em “quarentena”, em um estado de quiescente, em G0, impedindo assim, seu retorno ao ciclo celular e posterior divisão. TP53 é o guardião do genoma enquanto o RB impedia divisão celular de continuar indefinidamente. O efeito de mutações nos GSTs ocorre com perda de função e, refletem no crescimento das células tumorais, distorcendo a função primária destes genes de suprimirem eventuais tumores em um estágio bem precoce que antecede a divisão celular propriamente dita. Coletando-se biópsias com células malignas pode se detectar por técnicas de biologia molecular essas duas classes de genes mutados . Diante destes conhecimentos que se imaginou a possibilidade de pesquisar qual a correlação entre o status mutado do gene KRAS e o prognóstico do carcinoma de vesícula biliar, tendo em vista que este é o oncogene de maior incidência em órgão cujo tecido epitelial está presente. Dadas as funções do KRAS, hoje, sabe-se que os efeitos desse oncogene em carcinoma de vesícula biliar podem ocorrer simultaneamente ou isoladamente. O KRAS mutado de agir como um interruptor molecular de sinais externos à membrana plasmática que devem ser conduzidos até o núcleo celular. Assim que ativado o KRAS reuni e ativa proteínas importantes para a dispersão de fatores de crescimento e sinais em outros receptores colaborando com outros genes no controle do ciclo celular.

## **REFERÊNCIA**

PANIAGUA, José Antonio. **Busca de mutações no exon1 do gene KRAS em amostras de carcinoma de vesícula biliar/ 1.4 Prognóstico baseado em análise de DNA.** 2013, 102 f. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia)- Universidade Católica de Brasília, 2013.

# ANTAGONISMO "IN VITRO" DE *Trichoderma* sp. E PATÓGENOS DA CULTURA DO FEIJOEIRO COMUM (*Phaseolus vulgaris* L.) COLETA DE DADOS

MARTINS, Angélica Pires Batista  
DIAS, Sônia Cristina Jacomini

**Palavras-chave:** Feijão. Biocontrole de patógenos. *Trichoderma*. Testes "in vitro".

O presente trabalho teve como objetivo avaliar um isolado de fungo do gênero *Trichoderma* e um produto comercial à base de *Trichoderma* sp., com habilidade para biocontrole *in vitro* de *Fusarium oxysporum* e *Sclerotinia sclerotiorum* causadores de doenças em plantas do feijoeiro comum (*Phaseolus vulgaris* L.). Os ensaios experimentais foram desenvolvidos no Laboratório de Fitopatologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí (FACTU) em Unaí – MG. Foram inoculados discos de culturas dos fungos (0,8 cm de diâmetro) em meio de cultura Batata-Dextrose-Ágar (BDA), em placas de Petri. Cada placa recebeu dois discos, em lados opostos, com uma distância de três cm entre eles, sendo um do fitopatógeno e outro do isolado de *Trichoderma* sp. a ser avaliado. As placas foram colocadas em câmara de incubação BOD a 25°C e após sete dias, a atividade antagonista dos isolados foi avaliada. O percentual de inibição do crescimento do patógeno (% IC) foi calculado de acordo com a seguinte equação: porcentagem de inibição = [(crescimento do controle – crescimento do tratamento) / crescimento do controle] x 100, conforme descrito por Menten *et al*, (1976). Os resultados obtidos na inibição do crescimento micelial dos isolados de *F. oxysporum* e *S. sclerotiorum* pelos dois isolados de *Trichoderma*, quando em confronto de colônias. O isolado TRIC A colonizou 52,75 % do meio, apresentando um crescimento moderado no biocontrole. Já o isolado TRIC D apresentou 73,64 % de inibição, reduzindo eficientemente o crescimento de *F. oxysporum* nos testes de pareamento de culturas. Carvalho *et al* (2011) testando o potencial antagonista de seis isolados de *T. harzianum* para controle de *F. oxysporum* em sementes de feijão verificaram resultados prósperos nos testes "in vitro" e, dentre os seis isolados testados, quatro inibiram de 31 a 51 % a incidência do patógeno. Para o fitopatógeno *S. sclerotiorum* os isolados TRIC A e TRIC D apresentaram, respectivamente, 91,28 e 94,73 % de crescimento micelial, mostrando grande desempenho dos antagonistas na competição por alimento e espaço do meio de cultura refletindo no impedimento do crescimento da colônia do fitopatógeno. Ethur *et al* (2005) no controle de *S. sclerotiorum* obtiveram 100% de eficácia em oito isolados de *Trichoderma* spp. Estudados. Os dois isolados chegaram a esporular sobre a colônia do patógeno. Segundo Boosalis (1964) a abundância de esporulação de *Trichoderma* spp. É resultado do estímulo à reprodução, atributo de certos hospedeiros, perante seus parasitas.

## REFERÊNCIAS

- BOOSALIS, M. C. Hyperparasitism. **Annual Review of Phytopathology**, v.2, p. 363-375, 1964.
- CARVALHO, D. D. C. et al. Controle de *Fusarium oxysporum* f. sp. *phaseoli* *in vitro* e em sementes, e promoção do crescimento inicial do feijoeiro comum por *Trichoderma harzianum*. **Tropical Plant Pathology**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 28-34, 2011.
- ETHUR, L. Z; BLUME, E; MUNIZ, M.; SILVA, A. C. F.; STEFANELLO, D. R.; ROCHA, E. K. 64 Fungos antagonistas a *Sclerotinia sclerotiorum* em pepineiro cultivado em estufa. **Fitopatologia Brasileira**, v.30, n.º. 2, p.127-133, 2005.
- MENTEN, J. O. M.; MINUSSI, C. C.; CASTRO, C.; KIMATI, H. Efeito de alguns fungicidas no crescimento micelial de *Macrophomina phaseolina* (Tass.) Goid. "in vitro". **Fitopatologia Brasileira**, Brasília, v. 1, n.º. 2, p.57-66, 1976.

## BEM PESSOAL E BEM COLETIVO: JUSTIÇA E BEM COMUM

### RESUMO

MADUREIRA, Valdeci  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Justiça. Bem comum. Coletivo.

Pessoa e Sociedade – Bem como força ordenadora da Ética e da vida espiritual, em harmonia com o homem se revela aos outros e a si próprio. O bem, a que o homem se destina é conatural e próprio ao seu aperfeiçoamento moral, cujo ser é capaz de modelar-se segundo influências subjetivas e sociais, afirmando a sua liberdade. Sendo um ser, cuja autoconsciência exige o conhecimento da dignidade alheia, o bem do homem não pode deixar de ser integração e duas perspectivas: a do *ego* e a do *alter*. O bem consiste em servir a um valor positivo ideal em servir ao coletivo respeitando-se cada um. Na realidade, preservar o bem do indivíduo se de ao mesmo tempo, é *mister* salvaguardar e crescer o bem do todo social de cada qual. Há dois aspectos do problema do bem um individual, outro social. O bem do indivíduo constitui objeto Moral, e Ética. **Miguel de Unamuno** dizia que o homem vale mais que toda a Humanidade. A moral é específica e singular da pessoa. O bem, visto como valor social justo constitui o valor fundante do Direito. O valor próprio do Direito, a Justiça como simples relação dos atos humanos como a unidade concreta desses atos, a constituírem um bem intersubjetivo melhor. A justiça é senão a expressão dos valores de convivência da pessoa humana e representa o pressuposto de toda a ordem jurídica. O bem comum dando sentido diverso conferem os que atentam de forma abstrata sem reconhecerem que o bem comum, concretamente, como um processo incessante de valorações e de interesses condicionante da liberdade espiritual. O bem enquanto social e individual evidencia a necessidade de distinguir de correlacionar o Direito e a Moral. Além da conduta moral e da conduta jurídica, existem outras formas de comportamento, outras expressões chamadas regras de ‘costumes’, de convenção social e civilidade que realizam o valor do bem. Não é possível tratar de todas as doutrinas à linha de pensamento clássico, concebendo o bem como felicidade, como a realização daquilo a plenitude do ser e a harmonia do indivíduo condigo mesmo. De maneira geral é aquilo que o homem tende por natureza, graças ao seu espírito dominante, elemento fundamental, a razão. Superando as divergências de conteúdo, fica a noção de que bem é aquilo a que todo homem tende com as suas inclinações naturais. Poder-se-ia dizer que **Moral cuida do bem enquanto individual**, e o Direito do bem enquanto do todo coletivo.

### REFERÊNCIA

REALE, Miguel. Bem pessoal e bem coletivo. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

# A INDISCIPLINA NAS SÉRIES INICIAIS: A VISÃO DO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA

## PROJETO DE PESQUISA

Aliny, Santos  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Educação. Indisciplina Escolar.

Este projeto de pesquisa tem por objetivo identificar a indisciplina escolar nas séries iniciais em escolas estaduais do município de Unaí – MG. A visão do acadêmico do curso de Pedagogia é de suma importância nesta pesquisa, pois o acadêmico de hoje é o professor do futuro, então cabe a ele pesquisar e conhecer a área onde pretende atuar. Em um processo permanente que se inicia após a formação básica. A indisciplina escolar é um fator que impressiona e assusta o jovem professor que ao vivenciá-las sentem-se oprimidos e desmotivados. O conceito de indisciplina, segundo Estrela (1992) tem assumido ao longo do tempo diferentes significações: punição, direção moral, regra de conduta para reinar a ordem numa coletividade, obediência a essa regra. A tarefa de educar, não é responsabilidade somente da escola, é tarefa da família, que ao docente cabe repassar seus conhecimentos acumulados, Estrela ainda aponta que a solução pode estar na forma da relação entre professor e aluno, ou seja, a forma que suas relações e vínculos se estabelecem, aponta também que a solução pode estar no desenvolvimento do resgate da moralidade discente através da relação com o conhecimento e que esse conhecimento deve ser construído socialmente, sem rigidez ou autoridade. (AQUINO, 1996). O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. (FREIRE, 1996). Trata-se de uma pesquisa aplicada, a ser realizada no ano de 2014. Serão utilizados como procedimentos de pesquisa: a Pesquisa bibliográfica e os dados coletados em campo serão obtidos a partir da aplicação de questionários com acadêmicos do curso de Pedagogia da FACTU para identificarmos quais são suas maiores preocupações em como lidar com a Indisciplina escolar. Os dados a princípio serão organizados em gráficos e tabelas e serão analisados em uma abordagem qualitativa confrontando-os com o referencial teórico.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, JulioGropa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas**. 9 ed. São Paulo: Summus, 1996.
- ESTRELA, Maria Tereza. **Relação Pedagógica Disciplina e Indisciplina na aula**. Porto-PT: Porto Editora, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

# OS DESAFIOS NO EXERCÍCIO DA SUPERVISÃO EM DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE PESQUISA

ANTONIA, Lúcia  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Supervisão. Educação. Ambiente.

A supervisão escolar tem o importante papel no sistema de ensino de assessoramento, orientação e controle dos processos educacionais implementados nos diferentes segmentos, além de informar aos órgãos competentes as demandas das escolas e suas condições de funcionamentos também os efeitos da implantação das políticas educacionais Estaduais. Este projeto de pesquisa tem por objetivo identificar como o supervisor escolar percebe os desafios da supervisão educacional nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais. A Supervisão escolar teve o seu surgimento com a industrialização, no sentido de melhorar a quantidade e qualidade da produção, sendo a supervisão um meio de monitorar, vigiar, controlar e reprimir se mantendo durante muito tempo nos séculos XVIII e início do século XX. Já no início do Século XX com a melhoria do ensino e das aprendizagens dos alunos, a Supervisão Escolar obtém a nova função de transmitir, explicar, mostrar julgar e recompensar o trabalho escolar; com isso começa a ser um líder democrático, pois assume um “caráter de liderança, de esforço cooperativo para o alcance dos objetivos, com a valorização dos processos de grupo na tomada de decisões.” (RANGEL, 2001). Pode perceber-se que estão envolvidas inúmeras questões no espaço da ação do Supervisor Escolar nos espaços institucionais de educação, demandas que acabam por exigir dele próprio um constante desafiar-se, uma busca de informação para contribuir com seus parceiros. Olhando por este prisma atual pode-se inferir que o papel do Supervisor está atrelado à gestão da escola como um todo, uma vez que ele busca junto com o professor minimizar as eventuais dificuldades do contexto escolar em relação ao processo ensino-aprendizagem. Essa pesquisa será do tipo aplicada, como procedimentos de pesquisa serão utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semi estruturadas. Os sujeitos da pesquisa serão três Supervisores escolares do quadro efetivo do da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, lotados em três escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Os dados serão coletados através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e serão analisados segundo a técnica de análise de discurso.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação e cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Fundamental. Brasília, 1997.
- FERREIRA, N.S.C. (org.). **Supervisão educacional**: para uma escola de qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão escolar**: da ação exercida a ação repensada. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 1995.

# PROJETO ETHOS

## RELATÓRIO DE PROJETO

MELO Paulo Giovanni Rodrigues  
Acadêmicos do 5º e 6º períodos de Pedagogia

**Palavras-chave:** Ethos. Educação. Valores.

O projeto *ETHOS* está sendo desenvolvido pelos alunos do 5º e 6º períodos do curso de pedagogia, da disciplina Antropologia Cultural. Tem como objetivo geral: valorizar a manifestação do *Ethos* em nossa região, e como objetivos específicos: incentivar as manifestações culturais no âmbito acadêmico; proporcionar aos estudantes contato direto com sua própria cultura e, por fim, colaborar na valorização da identidade através da cultura. O *Ethos* é uma palavra de origem grega e exprime o conjunto de valores característicos de um movimento cultural, ou seja, designa as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. *Ethos* se refere ao espírito motivador das ideias e costumes. É consenso geral de que, quando se fala em moral e ética indica, ainda que sem mencionar, os conceitos de certo/errado. A maior parte do tempo em que se fala nestes conceitos, não está apenas descrevendo que uns acham algo certo, outros acham algo errado, mas, na verdade está buscando uma base para dizer por que tal coisa deve ser considerada certa e porque tal coisa deve ser considerada errada (exemplo: uma norma), o que implica em que tal coisa deve ser feita, e tal coisa não deve ser feita (a norma prescreveria algumas ações ou não-ações). Nesse sentido, a ética trata então do que deve ser, e não do que é. A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com as outras relações justas e aceitáveis. Via de regra está fundamentada nas ideias do bem e virtude, enquanto valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz. A ética envolve um processo avaliativo especial sobre o modo como os seres humanos intervêm no mundo ao seu redor, principalmente quando se relacionam com os seus semelhantes. Esse processo avaliativo diz respeito ao mérito ou demérito do agir humano. São as atribuições de mérito ou demérito que impregnam esse agir com um tipo de valor: o valor moral. Em suma, quanto mais próxima seja a ação do ser humano do *Ethos*, mais aceita e humana a ação será. Nada do que é do *Ethos* é pode ser estranho ao ser humano. Portanto, se determinadas ações causam repúdio ao ser humano, sem dúvida que se espera que melhor o homem conheça seu próprio Ethos.

# HIGIENE E SAÚDE BUCAL NAS AULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG

## PROJETO DE PESQUISA

LULHI, Marianny  
LUNA, Mirielly  
LULHI, Jainny D.N.N

**Palavras-chave:** Saúde bucal. Ensino Fundamental. Unaí.

Atividades educativas que orientam a promoção de bons hábitos de saúde com os estudantes devem envolver não só professores e alunos, mas toda comunidade escolar com vistas ao desenvolvimento de comportamentos adequados que garantem a melhoria da higiene e saúde ao longo da vida. De modo que se questiona: quais ações devem ser oferecidas pelos professores aos alunos de forma a garantir a estes uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e bons hábitos de higiene bucal? Assim, considerando a importância do tema justifica-se a realização deste estudo que terá como objetivo descrever as ações sobre a higiene e saúde bucal desenvolvidas por professores do ensino fundamental (1º ao 4º ano - séries iniciais) em escolas do município de Unaí-Mg. Este será um estudo de campo do tipo descritivo, pois segundo Mattos, Rosseto Júnior e Blecher (2004), as pesquisas diretas se caracterizam pela busca de dados diretamente da fonte de origem, buscando relatar situações da rotina dos escolares e as respectivas ações de intervenção e orientação dos professores durante suas aulas e nos intervalos das mesmas. De forma que a população será constituída de instituições educacionais e suas respectivas comunidades escolares cuja amostra compreenderá de escolas da rede pública e privada de ensino regular da cidade de Unaí-Mg. Os resultados envolverão uma análise de correlação sobre as ações de orientação higiênica oferecidas pelos professores inferindo se essas são suficientes para formação de hábitos que promovam bons hábitos de saúde bucal dos alunos em fase escolar. De forma que, tal estudo destaca-se devido à relevância do tema numa perspectiva de abordagem educativa que deve estar presente em todas as ações do futuro e atuante professor da educação básica para promoção da saúde por meio de ações preventivas de higiene facilitando a incorporação de idéias e práticas corretas que passem a fazer parte do cotidiano de seus alunos de forma a atender suas necessidades.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Módulo 12:** higiene, segurança e educação. / Ivan Dutra Faria, João Antônio Cabral Monlevade. – Brasília, DF: Universidade de Brasília, 75p, 2008 a.

\_\_\_\_\_. Ministérios da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Bucal** / Ministério da Saúde, Secretária de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 92p, 2008b.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETO Júnior, Adriano José e BLECHER, Shelly. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física:** construindo seu trabalho acadêmico: Monografia, Artigo Científico e Projeto de Ação. São Paulo.

# O VOLEIBOL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SOCIALIZAÇÃO JUVENIL

## RESUMO

RIBEIRO, Eloane  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Socialização. Políticas públicas. Voleibol.

Ao apresentar o esporte no processo de socialização de jovens e crianças nos diversos contextos escolar, comunitário ou social, é possível favorecer as vivências grupais, as atividades coletivas a formação de identidade e o desenvolvimento humano como um todo. No Brasil o esporte vem sendo incentivado através das políticas públicas para o esporte. O esporte como fenômeno social, é apresentado a todos na infância e ligado á identidade individual, onde os jovens buscam sua socialização de maneira mais harmônica possível no sentido de compensar os conflitos familiares existentes em suas vidas, ou ate mesmo de preencher um vazio ou carência no seu processo de formação humana. O vôlei é uma das principais referências de socialização, fortalecimento e de inclusão social. Este esporte também acaba sendo um refúgio usado por jovens adolescentes quando se trata de drogas, violência, família, escola ou sociedade. Seu reforço necessita de um projeto de política pública necessária as escolas e a sociedade como um todo. A prática esportiva do voleibol produz interferências no processo educativo e de socialização dos jovens estudantes. O voleibol se torna referência de satisfação e crescimento pessoal, inclusive em caso de compensação dos conflitos familiares ou em casos em que a família possui dificuldades para transmitir novas formas de socialização. A escola e a família ao apoiarem essa prática esportiva, ampliam as possibilidades de jovens estudantes serem formados com mais cidadania e conseqüentemente viverem numa sociedade com maior qualidade de vida.

## REFERÊNCIA

BORGES, Hudson. **O Voleibol como política publica de socialização juvenil**. 2009.  
Disponível em :<<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/00000000000D/00000D0C.pdf>> Acesso em 29 abr. 2014.

# EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: DA TEORIA PEDAGÓGICA AO PRESSUPOSTO DO DIREITO

## RESUMO

DIAS, Franciele  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Epistemologia. Educação Física.

O mundo contemporâneo tem como característica principal, o processo de cientificação e tecnologização de todas as áreas de atuação do conhecimento humano, este fato tem provocado um grande crescimento do número de especialidades, e principalmente uma substituição muito rápida, da tecnologia existente. O aprofundamento do discurso epistemológico nessas áreas tem permitido necessárias interpretações dos estudos que se multiplicam sobre casa assunto relevante nas áreas de educação física e do esporte, embora sejam distintas. Sendo que a educação física não pode ser concebida fora do processo educativo e do esporte. Sendo um fenômeno sócio cultural é marcada por teorias as quais, muitas vezes, abordam ambas as áreas concomitantemente. Entende-se que a **epistemologia** é o ramo que estuda os conhecimentos científicos, teses desenvolvidas, percepções nas áreas de atuação e conhecimento humano. A teoria é o conhecimento já existente de uma área e o conjunto de conceitos construídos, definições e proposições que possibilitam estudos e interpretações de realidades específicas. A teoria da educação física e do esporte desenvolveu-se através das diferentes perspectivas do ideário olímpico e do uso político-ideológico. Depois da segunda metade do século XX, começaram a surgir as proposições de teorias que ora tratava da Educação Física isoladamente e ora abordavam a Educação Física conjuntamente com o Esporte, e foram elas, a Teoria Pedagógica de Ommo Gruppe, Teoria Crítico-Marxista de Jean-Marie Brohm, Teoria Psicocinética de Jean Le Boulch, Teoria Antropológico-Cultural do Esporte e da Educação Física de José Maria Cagigal, Teoria Praxeológica de Pierre Parlebas, a Ciência da Motricidade Humana de Manuel Sergio, Ciência do Esporte de Herbert Haag. As diversas teorias explicitadas anteriormente foram se contrapondo e até se confrontando, evidenciando uma variabilidade de aceitação de acordo com cada quadro circunstancial. Nos últimos anos nenhuma nova teoria epistemológica surgiu no contexto internacional. Entretanto, a partir de 1978, com a Carta Internacional de Educação Física e do Esporte (UNESCO) começou a delinear-se um novo sentido para a Educação Física e o Esporte. O direito de todos às práticas físicas.

## REFERÊNCIAS

TUBINO, Manoel José Gomes. **Educação física e esporte: da teoria pedagógica ao pressuposto do direito**. Disponível: <<http://www.cpaqv.org/metodologia/teoriasdaeducacaofisicatubino.pdf>>. Acessado em 29 Abr. 2014.

## HUMANIZAÇÃO RESUMO

BORGES, Fernanda  
SOARES, Lhays  
SILVEIRA, Renata Lúcio

**Palavras-chave:** Humanização. Cuidado. Profissional.

Atualmente fala-se e reclama-se muito da falta de humanização nos serviços de saúde. É necessário o resgate de uma visão holística que priorize além do cuidado, a dor e o sofrimento humano. Os profissionais devem aliar a competência técnica-científica e humana a fim de conseguirem se humanizar nesse processo do cuidado. A pessoa doente deixou de ser o centro do cuidado, passando a ser um mero objeto instrumental para determinado fim, nesse cenário, é preciso implementar uma política de cuidado que honre a dignidade do ser humano. Pode-se acreditar que a pessoa recupera-se melhor estando em um ambiente confortável onde se sinta valorizada como pessoa e o fato é que muitas vezes os hospitais são desumanos, ambientes onde as pessoas se sentem diminuídas e despersonalizadas, uma vez que, os profissionais de saúde visam à cura e se preocupam muito com a perfeição técnica, sendo o doente transformado em um objeto de cuidado e seu conforto físico e mental sendo desconsiderados. A humanização hospitalar representa uma tarefa nunca terminada, esta deve adaptar-se a estrutura hospitalar. Instituir um diálogo entre quem cuida e quem está sendo cuidado pode ser um primeiro passo, pois, sem comunicação, não há humanização. Ao prestar seu trabalho o profissional deve doar-se como ser humano e não apenas como ser profissional. É preciso ressaltar na humanização a questão dos idosos que tanto já fizeram e agora se encontram debilitados, fragilizados e mesmo com tantos avanços tecnológicos ainda não se prioriza a melhoria para a qualidade de vida dessas pessoas. A exclusão social dos idosos faz com que suas perspectivas de vida não sejam das melhores. Os profissionais de saúde devem ser sensíveis às condições de vida dos idosos. Portanto, o grande desafio dos profissionais de saúde é cuidar do ser humano na sua totalidade, levando em consideração a sua dor e o seu sofrimento assumindo assim uma competência técnica-científica e humana.

## REFERÊNCIA

PESSINI, Leo; BERTACHINI, Luciana. **Humanização e Cuidados Paliativos**. São Paulo, 2004.

# UM ESTUDO SOBRE MULHERES NO ESPORTE

## RESUMO

Fiusa, Kamila  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Sociologia. Mulheres. Esporte

Nesse artigo a autora Jennifer Hargreaves tem se dedicado aos estudos feministas relacionando questões de gênero e esporte. A autora aborda questões da **sociologia do esporte**, como as relações das mulheres com o esporte, sejam enquanto atletas, treinadoras, técnicas e sua relação com os homens, tratando temas como a discriminação, estereótipo, gênero, lutas pela igualdade de direitos. A história e a sociologia dos esportes refletem o domínio masculino do discurso acadêmico. Durante muito tempo foi difícil transcender suposições tradicionais que as diferenças entre sexos são biológicas tanto quanto culturais e que esporte feminino e masculino são naturalmente apropriados havendo a superioridade esportiva masculina. Hargreaves relata que as políticas apresentadas pelo Conselho dos Esportes da Grã-Bretanha são baseadas na premissa de que os esportes são benéficos aos indivíduos e à sociedade, e que as mulheres devem aumentar suas taxas de participação no esporte em relação aos homens. Refletindo sobre uma visão machista, ainda se ouve sobre o que é aconselhado a uma menina fazer ou deixar de fazer; muitos pais ainda se indignam ao ver suas filhas jogando futebol ou seus filhos dançando balé, questões essas que permeiam a sociedade machista dificultando questões como igualdade de acesso. A autora afirma que a dominante pressão nas questões feministas é o desejo por igualdade de oportunidade para mulheres em comparação com os homens. É um incentivo que está baseado na crença de que, embora a força masculina predomine, ela não é inviolável. A mulher tem aproximado mais da igualdade com os homens em todos os aspectos da vida e da cultura. Segundo **Hargreaves**, nos esportes, este supostamente processo iniciou durante o século XIX e início do século XX. As formas primárias de esportes organizados e educação física por mulheres foram estabilizadas no final do século XX. Feministas radicais não compartilham de uma doutrina, compartilham de uma oposição ao patriarcado. Patriarcado é definido como uma força pela qual os homens dominam. Características normalmente atribuídas aos homens e associadas aos esportes, força, competitividade, agressão e características classificadas como feministas; cooperatividade, graça e ternura. Esse trabalho pode ser de imensa importância para os estudantes de Educação Física, profissionais, pais, para que enfim possam compreender que o esporte vai além de classificação de sexo e gênero, o esporte tem espaços para todos, além de acabar com a desigualdade vem com o intuito de trazer lazer e melhora de vida e saúde.

## REFERÊNCIA

HARGREAVES, Jennifer. **Um estudo sobre mulheres no esporte**. 2003. Disponível em:<<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1609.pdf>> Acesso em 29 de abr. 2014.

## O PAPEL DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NA RETOMADA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

### RESUMO

QUEIROZ, Katrine  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Sociologia do esporte. Mídia. Educação física.

Nesse artigo o autor Mauro Betti avalia o papel da sociologia do esporte na retomada da Educação Física, com o objetivo de compreender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais, que subjazem ao fenômeno, com base nas teorias e metodologias da ciência sociológica, com base enfim na sua tradição disciplinar. A mídia tem mostrado decisivo direcionamento de tendências no âmbito da cultura corporal de movimento, com importantes repercussões para a Educação Física, as quais cada vez mais, assumem o gerenciamento do esporte como espetáculo televisivo, essa tendência distancia o esporte telespetáculo do esporte que busca valores associados ao lazer e à saúde. O esporte de alto rendimento está se modificando, da produção de resultados individuais para um “circo midiático”. As qualidades visuais do esporte, e não mais a produção de resultados, é que concentram a atenção da mídia televisionada. O esporte é, hoje, campo de atuação de “marqueteiros”, empresários, executivos das grandes redes de televisão. Cada vez mais se distancia da forma que já foi sucessivamente denominada de “esporte de alto nível”, “**esporte telespetáculo**” do esporte praticado em busca de valores associados ao lazer, educação e promoção de saúde. A popularidade de algumas modalidades esportivas na escola faz com que os alunos resistam às tentativas de incluir outros conteúdos, é preciso investigar as diversas e criativas formas de jogar essas modalidades presentes na cultura infanto-juvenil, os princípios do selecionamento e as submissão a regras universais para garantir a inclusão de um grande número de crianças, permitindo às crianças imitarem gestos dos jogadores que vêem na televisão. Eletro estimulação confronta a tradição da Educação Física, de valorizar o exercício com o corpo em movimento pelo próprio homem na sua totalidade, não apenas porque propõe uma exercitação muscular sem movimento, mas porque não mobiliza a participação voluntária do sujeito na ativação muscular. A disseminação de informações sobre a cultura corporal de movimento por parte da mídia talvez não mais permita que os profissionais da Educação Física se coloquem como intermediários. O desafio para pesquisadores e profissionais de Educação Física é apropriar-se crítica e criativamente dessas teorias, a fim de melhor perscrutar as possibilidades de *interlocução* com os sujeitos que jogam, dançam, competem, os quais se encontram conectados a dinâmicas socioculturais, conexões estas que também a **Sociologia** poderá ajudar a compreender melhor.

### REFERÊNCIA

BETTI, Mauro. **O papel da sociologia do esporte na retomada da educação física**. 2006. Disponível em:< [http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/54\\_Anais\\_p191.pdf](http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/54_Anais_p191.pdf)> Acesso em 29 abr. 2014.

## A CAPOEIRA E O ESPORTE: anotações a partir da sociologia figuracional de Norbert Elias

### RESUMO

RIBEIRO, Lorena  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Sociologia. Capoeira. Esportização.

No início, a capoeira era associada a grupos de pessoas julgados como marginais, vadios, vagabundos, e que devido a isso eram excluídos da sociedade, o que fez parte de um processo marcante no Brasil. Grupos formados por negros recém-libertados, num processo de interdependência crescente que inseriu grupos sociais menos favorecidos ao longo do século XX, mostrando através da capoeira um processo de regulamentação social bem mais amplo. Pensando na capoeira como objeto isolado, manteve-se associado à questão identidade de um grupo, buscando associar suas transformações as transformações dos grupos que lhe originou. O jogo da capoeira teve por análise, um processo de internacionalização, onde a inserção da capoeira, se passa pela reestruturação do capitalismo e mundialização do capital, marcando uma conduta característica das sociedades contemporâneas. Consolidou-se como manifestação inter étnica, o que contribuiu para dar novo significado aos seus sentidos, que segundo Norbert Elias, a figuração seria um padrão mutável, criado no total das ações dos indivíduos, onde figuração e interdependência fariam parte de um mesmo caminho de análises e ideias, devendo-se pensar na capoeira como uma pluralidade de indivíduos ligados a vários níveis, numa forma de entrelaçada. Quem praticava capoeira no final do século XIX, era punido pelo Código Penal, mas no decorrer dos anos a situação foi mudando drasticamente, começando a ser vista como uma ação que poderia ser usada como luta nacional, que merecia ter seu passado de violência e crimes apagados. A sua esportização se fez através de uma ação social que se organizou, estando mais associada à idéia de crime do que ginástica do esporte. Supunha-se que a capoeira pudesse ser livre das intenções criminais, já que era um exercício físico bastante proveitoso para os músculos. Sendo assim, durante o século XX, notou-se a preocupação de governantes, educadores e mestres de capoeira, em dar novo significado a prática, afastando a capoeira da violência representada pelo uso de armas, como navalhas e cassetes. No governo de **Getúlio Vargas, em 1940**, a capoeira passou a fazer parte da Confederação Brasileira de Pugilismo se consolidando como **uma ginástica brasileira**, sendo uma contribuição importante para se institucionalizar como esporte. A Confederação Brasileira de Pugilismo foi desvinculada logo após a criação da confederação Brasileira de Capoeira (CBC), que deu a independência a essa prática por uma confederação própria.

### REFERÊNCIA

LUCENA, Ricardo. **A capoeira e o esporte: anotações a partir da sociologia figuracional de Norbert Elias**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais11/artigos/34%20-%20Lucena.pdf>> Acesso em 29 abr. 2014.

## ARTES MARCIAIS E UNIVERSOS RELIGIOSOS

### RESUMO

RODRIGUES, Monithely  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Artes Marciais, Religião.

A origem das artes marciais é especulativa, baseia-se no fato dos mais antigos registros em obras de arte mostrando dois homens em posições de combate pertencentes à civilização da Babilônia, datadas entre 2000 a 3000 A.C. Temos provas da prática de artes marciais na Índia e na China por volta de 527 DC que se verifica a ligação entre o *kung-fu* e um sistema religioso – o budismo. O *kung-fu* de *Shaolin*, geralmente classificado como um *kung-fu* externo, baseia-se no desenvolvimento da força e da rapidez dos seus praticantes. Em contraposição ao *kung-fu* de *Shaolin*, desenvolveu-se na China o *tai-chi-chuan*, cuja criação é atribuída a um sacerdote taoísta. *Chang-San-Feng* parece ter querido inverter os princípios do ***Kung-fu de Shaolin***, criando uma arte suave que se baseia mais no desenvolvimento da energia interna- o chi- e no aproveitamento da força do adversário do que no desenvolvimento da força física própria. O corpo do praticante de *tai-chi* é visto como um microcosmo com conexões íntimas com os macrocosmos; a natureza da cada órgão pertencente a um dos cinco elementos chineses dos quais é feito o mundo: terra, ar, água, fogo e metal. De um ponto de vista filosófico, o *Kung-fu* encontra-se associado com três doutrinas: o budismo, o taoísmo e o confucionismo. É, no entanto nos anos 60 e 70 que se dão as grandes mudanças no mundo do *kung-fu*. Durante Revolução Cultural chinesa de *Mao Tse-Tung* (1966-1976), as artes marciais são catalogadas e condenadas como práticas esotéricas e elitistas e muitos dos seus adeptos fogem para Taiwan, *Hong-Kong*, Malásia e outros países do Sudeste Asiático. Do outro lado do mundo, no Irã, também na década de 60, nasce o *Kung-fu toa*. O seu fundador foi Ibrahim Mirzaii, militar de carreira do exercito iraniano que foi oficial das Forças Aéreas Especiais. Após o Irão se tornar republica Islâmica, em 1979, o ensino do *Kung-fu toa* é visto com desconfiança pelos fundamentalistas islâmicos. Contra a visão do Governo, Mirzaii sustenta que o *Kung-fu toa* não é um desporto, mas o caminho da inteligência. No Irão, o *Kung-fu toa* chega a ser proibido e praticado clandestinamente nas montanhas e nos bosques. Em Portugal, durante muitos anos, as artes marciais são dominadas pelo judô e Karatê. Hoje como no passado, as artes marciais não se encontram necessariamente ligadas às dinâmicas religiosas, podendo ser praticadas com intuits meramente de autodefesa, militares, ou artísticos. A autoridade no campo das artes marciais corresponde uma autoridade religiosa e o iniciado numa determinada técnica marcial é também iniciado numa determinada ortodoxia.

### REFERÊNCIA

ALMEIDA, João Miguel. **ARTES MARCIAIS E UNIVERSOS RELIGIOSOS**. 2004. Disponível em <[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4499/1/LS\\_S2\\_16\\_JoaoMAlmeida](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4499/1/LS_S2_16_JoaoMAlmeida)>. Acesso em 19 abr 2014.

## AS ARTES MARCIAIS MISTAS (MMA) COMO ESPORTE MODERNO: ENTRE A BUSCA DA EXCITAÇÃO E A TOLERÂNCIA À VIOLÊNCIA

### RESUMO

SOARES, Romário  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Artes marciais mistas. Esportivização.

O MMA (abreviado do inglês *mixed martial arts*) é o termo utilizado para caracterizar uma mistura de artes marciais como uma modalidade de luta que vem crescendo e desenvolvendo cada vez no Brasil e no mundo. Mas nem sempre foi assim, nos tempos passados, devido tal modalidade não ter regras específicas, este era visto por muitos como uma forma de incentivo a violência, na qual era muito simples lutar não podendo morder e colocar o dedo nos olhos, não havia uma garantia da integridade física dos atletas onde não era contabilizado o tempo limite, *rounds*, pontuação e nem classificação por peso. Assim alguns órgãos governamentais estadunidenses promoveram diversos discursos políticos acerca de sua legitimidade juntamente com o apoio da *American Medical Association* conseguiram apoio dos governadores proibindo em alguns estados a transmissão do MMA em canais de TV aberta. Desse modo, com a desvalorização da modalidade, às pressões políticas, sociais e financeiras devido ao prejuízo com a proibição da transmissão das lutas na televisão, alguns organizadores como do poderoso UFC (ultimate fight combate) promoveram diversas mudanças nas regras e no formato do MMA, sendo proibido quebrar dedos, dar cabeças, puxar cabelos, pôr o dedo na boca, nos olhos ou na narina do oponente, introduziu a classificação por peso e obrigou a intervenção do árbitro rapidamente caso o lutador fosse seriamente ferido. Posto assim em questão nota-se que o MMA vem evoluindo gradativamente em termos sociais e culturais, onde atualmente ganhou mais aceitação pela mídia e pela sociedade moderna na qual o modelo de universalização das regras levando em relevâncias as lutas esportivizadas atribuiu mais peso no consentimento do público tornando-se os níveis de violência mais socialmente aceitáveis. Assim, pode-se afirmar que o MMA vem ganhando cada vez mais adeptos, sendo como prática esportiva, para competição, lazer, defesa pessoal, entre outros. Dessa forma, é visível a busca incansável do autor por meio duma análise ampla de uma revisão bibliográfica e a interlocução com a prática do esporte. Acentuado no conceito de esporte de Norbert Elias fazendo um levantamento para melhor compreensão do MMA enquanto fenômeno histórico, econômico, cultural e social.

### REFERÊNCIA

Vasques, Daniel Giordani. **As artes marciais mistas (MMA) como esporte moderno: entre a busca da excitação e a tolerância à violência**. 2013 <  
<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2203.pdf>> Acessado em 29 abr. 2014.

## AS ARTES MARCIAIS E SUA INFLUENCIA NA SOCIEDADE

### RESUMO

LOPES, Tássio  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Artes marciais. Sociologia.

Segundo o autor Thiago Pimenta, as artes marciais são popularmente reconhecidas como práticas relacionadas a manifestações corporais onde existem variados métodos que exercem sua influencia técnica em defesa pessoal, o próprio bem estar e o esporte de alto nível. Suas expressões características são conhecidas por serem usadas em filmes, histórias em quadrinhos, jogos para vídeo games e desenhos animados com golpes e uma performance que desafiam o pensamento lógico, pois elas associam-se a um alto valor místico, ou seja, não condizente com a realidade. A origem de seu nome e um agregado de modalidades, onde cada uma possui uma história e uma filosofia. As artes marciais são tanto de origem ocidental quanto oriental, em ambas, suas originalidades são vindas de heranças milenares, pois possui características **religiosas e místicas**, criadas com o intuito de defesa pessoal e territorial. Hoje sua prática tem como objetivo proporcionar condicionamento físico através de exercícios corporais específicos e/ou esporte. Vê-se, então que as artes marciais orientais têm suas praticas herdadas de princípios religiosos pela retificação do espírito sobre o corpo, onde integram outro espaço, o espaço da competição não visando proteger sua própria vida, mas, pela paz de seu próprio espírito. O presente trabalho busca evidenciar o processo onde um conjunto de movimentos com o intuito de ferir, pode ser praticado, igualmente, por indivíduos que visam adquirir paz consigo mesmo, estabelecer uma espécie de etiqueta e padrões de comportamento para um melhor convívio social. De acordo com uma pesquisa realizada por diversas confederações brasileiras de artes marciais orientais (2008), e possível destacar que apenas no Brasil a aceitação de tais artes e considerável, onde o Judô possui mais de 2 milhões de praticantes, seguido pelo Karate que abrange mais de 800 mil praticantes, e o Jiu-Jítsu com 370 mil em terceiro lugar, números que vem crescendo a cada dia no nosso país. Os milenares, considerados por muitos mestres disseminadores de suas artes marciais racionalizam suas habilidades de ferir ou imobilizar mais rápido e com isso se desgastar menos. Essa melhora do desempenho do movimento corporal só pode ser observada através da capacidade humana de racionalizar. Estas técnicas foram sendo criadas, modificadas e aprimoradas mesmo com o surgimento de armas de fogo. Sendo assim, mesmo com o progressivo aumento deste autocontrole, as artes marciais ainda possuem grande relevância e influencia na sociedade atual.

### REFERÊNCIA

PIMENTA, Thiago. **AS ARTES MARCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE**. 1992. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C\\_Pimenta.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Pimenta.pdf)> Acesso em 29 abr. 2014.

# VIOLÊNCIA NO FUTEBOL: UM OBJETO SOCIOLÓGICO

## RESUMO

FELIX, Vanssan  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Violência. Futebol. Sociologia.

De acordo com dados, a violência é algo presente na sociedade atual. Parte-se da observação de um fenômeno social significativo, para analisar formas mais abrangentes de relacionamento e de comportamento social. Até então, a **Sociologia**, ocupou-se dos aspectos “sérios” e “racionais” da vida, relegando aspectos como o divertimento, o prazer, o jogo, as emoções e as tendências irracionais ou inconscientes dos homens. Para eles “o desporto e a guerra envolvem formas de conflito que se encontram entrelaçadas os desportos em geral são competições, confrontos, que envolvem forças físicas, sem finalidades militares. Sendo organizados a partir de regras para diminuir os riscos de danos físicos, além de obrigar os adversários a terem determinados tipos de comportamentos. No entanto, no caso do futebol, possui dezenas de milhares de torcedores, que em muitos casos acabam agindo de forma diversa às regras da pacífica convivência social. servirá de base para visualizar este comportamento nas atuais **Torcidas Organizadas de Futebol**. Em uma experiência frustrante, muitas pessoas tendem a gerar uma resposta agressiva, preferencialmente tendo por alvo quem gerou a frustração, que para o agressor indiretamente o frustrou. Esta teoria ajuda a compreender o que ocorre com alguns torcedores de times de futebol que se deslocam ao estádio para torcer pelo seu time. Devido ao resultado do jogo, em que muitas vezes o time do torcedor perde, os torcedores acabam se tornando agressivos. O alvo gerador da frustração foram os jogadores do time adversário, porém, como o torcedor não tem contato com estes atletas, extravasa sua frustração nos torcedores do time vencedor, tais atos de violência têm como grande responsável o álcool esta substância age de forma a facilitar a violência retirando as inibições, aumentando a sensação de camaradagem entre os membros do grupo, ajudando a diminuir o medo de se ferirem e de serem presos. Em seu estudo que a **violência nos campos de futebol** não é anárquica ou aleatória, ela tem ritual, segue normas e regras socialmente elaboradas, seguindo, em síntese, um padrão de ações violentas. Ao trazer estes conhecimentos para a realidade da violência praticada por torcedores de futebol no Brasil, estes rituais podem ser observados antes dos grandes jogos, quando as Torcidas Organizadas reúnem-se em suas sedes e, gritando hinos e canções de ordens, deslocam para os locais dos jogos (estádios), onde continuam seus cantos, apreciando o “espetáculo”.

## REFERENCIA

NETO, Alfredo Euclides Dias. **Violência no futebol: Um objeto sociológico**. 2007. <[http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos\\_PDF/Alfredo\\_Euclides.pdf](http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Alfredo_Euclides.pdf)> Acessado em 29 abr. 2014.

# FUTEBOL E SOCIEDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: VISÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

## RESUMO

DORNELAS, Wilha  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Futebol. Ciências. Corporalidade.

José Luiz Ratton e Jorge Ventura de Moraes buscam apresentar um mosaico da produção nacional e internacional sobre o tema, com participação de jovens pesquisadores da pós-graduação do Nordeste. Esse movimento criado em 1982 por Roberto da Mata com cientistas preocupados em estudar sociológica e antropológicamente o esporte na sociedade brasileira. Estes pioneiros abriram um campo de reflexões que tem se revelado cada vez mais profícuo e tem recebidos sucessivas gerações de novos pesquisadores. Há também pesquisadores que se engajaram no esforço de investigação, consolidando e ampliando os espaços de discussão em vários fóruns acadêmicos, onde é indicador importante na ampliação no campo de estudos e pesquisas sobre esportes em vários estados. Trabalhos de pesquisa realizados na pós-graduação, como artigos que tratam em analisar narrativas, cuja temática central e a inserção do negro no futebol brasileiro procuram analisar o esporte como mecanismo de inserção social e os trabalhos que buscam compreender o lugar da corporalidade na organização das práticas juvenis no âmbito de torcidas organizadas estão entre o conjunto de artigos que buscam apresentar a contribuição da produção sócio-antropológica brasileira e internacional sobre os esportes. Em particular o futebol deverá tornar-se objeto preferencial de análise sociológica da prática esportiva nestes próximos anos, muito em virtude da Copa do Mundo a ser realizado no Brasil, além de tornar-se também objeto de análise de diversas ciências ao estudarem o enorme impacto social, econômico e político não apenas do evento, mas da prática esportiva em si. Com a realização do evento espera-se que a produção científica em torno da prática esportiva no Brasil, sobretudo os estudos sociológicos dêem um enorme salto quantitativo e qualitativo.

## REFERÊNCIA

Ratton, José Luiz; Moraes, Jorge Ventura. **Futebol e Sociedade no Mundo contemporâneo: Visões das ciências sociais**. 2011. <[http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v42n1/rcs\\_v42n1ap.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v42n1/rcs_v42n1ap.pdf)> Acesso em 29 abr.2 014.

# A PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG, ACERCA DA IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA COM SUAS EQUIPES

## PROJETO DE PESQUISA

SOUSA, Ariane Alvares  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Educação continuada. Estratégia Básica de Saúde (ESF). Enfermeiro.

Este projeto de pesquisa tem por objetivo identificar a percepção dos enfermeiros das unidades básicas de saúde do município de Unaí – MG, frente à importância das ações de educação continuada com suas equipes no ano de 2014. A Educação Continuada é considerada como um processo permanente que se inicia após a formação básica, e está destinada a atualizar e melhorar a capacidade das pessoas, frente à evolução técnica, científica e as necessidades sociais. Nota-se que os profissionais que participam dos cursos de educação continuada têm importante participação na disseminação do saber. Novas estratégias para capacitar o enfermeiro devem ser pensadas devido à constante necessidade de atualização do conhecimento, devido às mudanças tecnológicas da atualidade, graças à rapidez e a abrangência do processo evolutivo do conhecimento. Portanto surge a necessidade de repensar o modo de realizar o trabalho de enfermagem visualizando a construção contínua do saber. A educação continuada é entendida como todo tipo de ação desenvolvida posterior a profissionalização, com o intuito de atualizar os conhecimentos e adquirir novas informações, definida por meio de metodologias formais. A educação continuada é vista por SILVA *et al.*, (1989) como um conjunto de práticas educacionais planejadas no sentido de promover oportunidades de desenvolvimento ao funcionário, com a finalidade de ajudá-lo a atuar mais efetiva e eficazmente na sua vida institucional. Ela deve ser uma constante troca de experiências, envolvendo toda a equipe e a organização em que está inserida. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com uma abordagem qualitativa dos dados coletados através de entrevistas semi estruturadas com nove enfermeiros que estejam atuando em unidades básicas de saúde na cidade de Unaí-Mg. Os procedimentos de pesquisa adotados serão a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Os dados serão analisados a partir da perspectiva da análise do discurso, confrontado com dados percentuais coletados no questionário em anexo nas entrevistas. Os objetivos da pesquisa são exploratórios e descritivos.

## REFERÊNCIAS

- LEITE, Maria Madalena Januário; PEREIRA, Luciane Lúcio. **Educação continuada em enfermagem**. Administração em enfermagem. São Paulo, 1991.
- MARX, Lore C.; MORITA, Luiza C. **Manual de Gerenciamento de Enfermagem**. 2. ed. São Paulo: EPUB, 2003.
- MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção conceitual: educação permanente e educação continuada no processo de trabalho em saúde**. Vale do Itajaí, SP, 2007.
- SILVA, Maria Júlia Paes da; PEREIRA, Luciana Lúcio; BENKO, Maria Antonieta. **Educação Continuada: Estratégia para o desenvolvimento do pessoal de enfermagem**. São Paulo: Marques Saraiva, 1989.

# A APLICABILIDADE DO PARAGRAFO 4º DO ART. 39 DA CF/88, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DO NOROESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE PESQUISA

SANTOS, Jackson Mota  
ALVIM, Danilo Lucas

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Gratificações. Subsídios.

O objetivo deste trabalho é identificar a existência de conflito entre a prática de pagamento de gratificação natalina aos membros das Casas Legislativas do Noroeste de Minas Gerais e o disposto no §4º do art. 39 da CF/88. Neste percurso buscaremos ainda: Conceituar administração pública, descrevendo seus princípios e sua função social; analisar o subsídio do vereador descrevendo seu conceito e fundamentos; Investigar posicionamentos dos Tribunais e o de Contas de Minas Gerais, e ainda as leis que fixam os subsídios dos vereadores do noroeste do Estado de Minas Gerais a fim de identificar se realmente há um descumprimento de preceito fundamental normatizado no parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal. O parágrafo 4º do Artigo 39 da CF/88 diz o seguinte: “Art. 39. [...] §4.º O membro de Poder, o detentor de **mandato eletivo**, os Ministros e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, **vedado o acréscimo de qualquer gratificação**, adicional, abono, prêmio, verba de representação, ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.” (BRASIL, 1988). (Grifo nosso). Como se percebe, o constituinte derivado – pois tal norma foi institucionalizada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 – introduziu nesse dispositivo uma série de vedações quanto à percepção do subsídio das pessoas que exercem os cargos descritos nele, em especial o acréscimo de qualquer gratificação ao subsídio dos detentores de cargo eletivo. Tornou-se evidente a proibição que os agentes políticos tivessem fixação de subsídios em duas partes, uma fixa e outra variável, devendo, por conseguinte, receber uma parcela de subsídio para cada mês do ano, isto é, 12 (dose) parcelas em igual quantidade de meses. (DI PIETRO, 2014). Desse modo, o presente trabalho é uma pesquisa aplicada, que buscará demonstrar um problema específico que foi o conflito entre a prática do Poder Legislativo Municipal do noroeste do Estado de Minas Gerais e a norma contida no §4º do art. 39 da CF/88. Adotaremos uma abordagem qualitativa, uma vez que buscaremos a relação entre o fato (Subsídio) e o sujeito (Norma constitucional) e desta relação extraímos nossa análise. Para alcançarmos nossos objetivos utilizaremos a pesquisa bibliográfica em materiais já publicados (dissertações, livros etc.) e doutrinas que estudam o Direito Constitucional e Administrativo, reforçada com uma pesquisa documental nas leis que fixam os subsídios dos vereadores atuantes do noroeste de Minas Gerais, em jurisprudências dos tribunais, bem como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerias.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012

## **O INSTITUTO DA PENHORA ON LINE PROJETO DE PESQUISA**

LOPES, Kleberon  
BALBINO, Michelle

**Palavra-chave:** Penhora on-line. Aplicabilidade. Execução.

O Processo de Execução sempre foi alvo de severas críticas, especialmente no tocante a sua efetivação e satisfação do credor quanto ao seu pleito. A parte executada, em muitos casos, procurava se esquivar de satisfazer a sua obrigação, alienando e/ou ocultando patrimônio. O Judiciário procurava patrimônio do devedor e não o encontrava, o que tornava óbice a efetivação da execução, todavia, o devedor poderia possuir ativos intocáveis em instituições financeiras. Com o crescimento do conhecimento tecnológico, surgiram recursos e instrumentos que, aos poucos, foram ganhando espaço no mundo jurídico. Nesse avanço científico, tornou-se possível o sistema denominado BACEN jud que é resultado de um convênio de cooperação técnico-institucional realizado entre o Banco Central, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, ao qual os tribunais estaduais de um modo geral aderiram. Esse sistema passou a possibilitar que o magistrado requisitasse diretamente ao Banco Central do Brasil informações de movimentação financeira e/ou bloqueio de ativos em nome do executado. Essa sistemática passou a ser denominada de “penhora *on line*”, qual trouxe mudanças significativas na efetivação no processo de execução. É nesse diapasão que se pretende caminhar, pois objetiva-se identificar a percepção do Operador do Direito acerca da eficácia do procedimento denominado “penhora on line” no processo de execução. O tema tem avocado disputas acirradas no meio jurídico e enseja grande relevância, pois irá discorrer sobre a historicidade do instituto da garantia ao processo de execução, compreender sua funcionalidade, avaliar a penhora diretamente sobre ativos do executado em instituições financeiras, e aferir a celeridade efetivação no processo de execução. Ademais, no bojo da temática, pretende conhecer a percepção que o operador do Direito tem acerca da “Penhora on line” e sua efetividade. Para a elaboração do presente trabalho seguiu-se a pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa. Os procedimentos de pesquisa serão: o estudo de caso, documental e bibliográfica. Os dados serão coletados utilizando-se questionários construídos na escala Likert, os quais serão entregues a advogados militantes na comarca de Arinos, com experiência mínima de dois anos em área cível.

### **REFERÊNCIAS**

- FILHO, Misael Montenegro. **Curso de direito processual civil**, volume 2: teoria geral dos recursos em espécie e processo de execução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 11.382, de 2006**. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002.

# A RESERVA LEGAL E AS ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE COMO FATOR QUE LIMITAM O DIREITO DE PROPRIEDADE NA APLICAÇÃO REAL

## REVISÃO

NOBRE, Antônio Paiva  
COSTA, Ercília Rodrigues Pires  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Função social. Propriedade. Sustentabilidade.

Os Proprietários com a sua desobediência e ganância vem querendo a cada ano ampliar as sua produção de forma irregular, a legislação e os ambientalistas em sentido oposto, lutam pela preservação para garantir a sustentabilidade do planeta. Diante destes fatos surgem as dúvidas: Se a Reserva Legal e as APPs, Limitam ou não o Direito de Propriedade na Aplicação Real ou fazem valer o princípio da função social da propriedade? A Constituição Federal garante o direito à propriedade e logo em seguida que a mesma atenda a função social e que as gerações presentes e as futuras tenham um ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao poder público e a coletividade o dever de cuidar e preservar a mesma. A propriedade pode ser conceituada no artigo 1228 do Código Civil de 2002, como sendo, um direito de usar, gozar e dispor da coisa da maneira mais completa possível, e o direito de reavê-la do poder de quem injustamente a possua ou a detenha. (CANTO, 2012). O direito de propriedade não mais se reveste do caráter absoluto e intangível, de que outrora se impregnava. Está ele sujeito, na atualidade, a numerosas limitações, impostas pelo interesse público e privado, inclusive pelos princípios de justiça e do bem comum. (MALUF, 2012). A limitação jurídica do uso da propriedade rural é um dos temas que mais discutidos quando se trata dos requisitos ambientais, sociais, econômicos e da biodiversidade. Estes são requisitos que limitam o exercício do direito de propriedade. Como se pode ver a exploração da terra, ou seja, da propriedade rural é de grande importância para a sobrevivência do ser humano, e sua exploração de forma compatível com as técnicas sustentáveis bem como a observância das potencialidades do solo, relevo e clima é de fundamental importância para garantir as futuras gerações o direito de usufruir deste bem natural que é comum de todos. As limitações da propriedade rural se resumem no princípio da legalidade, ou seja, todas as limitações estão previstas em lei, cabendo aos proprietários apenas o cumprimento do que está escrito, estas limitações são requisitos para atender a principal função social da terra (CANTO, 2012). Conclui-se que embora, exista varias limitações da propriedade rural, o fato de limitar a ação do proprietário diante da exploração das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes, não limita o direito de propriedade uma vez que a sua propriedade não irá diminuir o tamanho, ou seja, o direito de usar, gozar e dispor garantido constitucionalmente ao proprietário será mantido, o que será cobrado do mesmo é o respeito pelas áreas de preservações ambientais, pois esta garantirá a presença da biodiversidade no planeta e muito mais o equilíbrio ambiental.

## REFERÊNCIAS

- MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Limitação ao Direito de Propriedade**. São Paulo: Saraiva. 37 ed. 2012.
- CANTO, Eduardo Leite do. **Ciências Naturais**. São Paulo: Moderna. 4 ed. 2012.

# **BIODIREITO, UMA VISÃO HUMANISTA DA VIDA**

## **PROJETO DE PESQUISA**

IZOLAN, Edson  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Bioireito. Bioética. Ativismo jurídico.

Este projeto de pesquisa abordará o biodireito enquanto expressão humanista. O biodireito se desenvolve a partir da bioética, que é um estudo deontológico que discute diretrizes morais para o agir humano a partir de dilemas como os levantados pela biomedicina. A bioética, portanto, ocupa-se de unir ética e biologia com a tarefa de mediar o uso de tecnologias em âmbito científico - biológico. Ela se apresenta como um novo campo do saber multidisciplinar que conquistou a árdua incumbência de ler e interpretar a realidade, com seus antigos e novos conflitos, procurando as respostas éticas possíveis e mais compatíveis para cada situação específica e para cada contexto sociocultural. Deste modo, observa-se bioética como valor supremo da pessoa humana, e da sua vida, dignidade e liberdade ou autonomia a ética das biociências e biotecnologias que visa preservar a dignidade, os princípios e valores morais das condutas humanas, meios e fins defensivos e protetores da vida, em suas várias formas, notadamente, a vida humana. A motivação para este trabalho advém da preocupação com crescimento e avanço da biotecnologia cujos desdobramentos envolvem milhares de seres humanos. O que nos leva a seguinte indagação: Como são aplicados os princípios éticos em relação aos avanços da biotecnologia? Estes avanços propõem a importante participação social, seja através de pesquisas, debates, fóruns e encontros que medeiem os interesses entre aquilo os avanços da ciência e aquilo que desejamos preservar. Essa discussão motiva legisladores, magistrados e sociedade organizada, seja através da criação de novos dispositivos legais, seja através do ativismo jurídico. E é esse desenrolar da bioética que chamamos de biodireito, cujo percurso é o objeto deste trabalho. Consoante o exposto, o objetivo do presente trabalho é demonstrar a aplicação procedimental da bioética no Direito. Neste percurso como objetivos específicos será demonstrada a origem, evolução e princípios da bioética e do biodireito. Este estudo é uma revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa acerca do problema estudado, uma vez que buscamos relações entre o sujeito da pesquisa (bioética) e nosso objeto (biodireito) procurando demonstrar como essa relação interfere em um dado fenômeno social (os avanços da biotecnologia). Para demonstrar essas relações o trabalho foi organizado em três seções: nas primeira e segunda seções é apresentado o que são bioética e biodireito, como evoluíram, suas principais características e princípios; a terceira seção demonstra como o biodireito se desenvolve em nossa prática jurídica, através da descrição de seus principais mecanismos.

## **REFERENCIAS**

DALL'AGNOL, Darlei. **Bioética**. São Paulo: DPeA, 2004

NALINI, Jose Renato. **Ética Ambiental**. São Paulo: Milenium, 2001.

## COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA DE CRIANÇAS DE 5 A 8 ANOS

RODRIGUES, Gustavo; SANTOS, Mirelle Raquel ; CRISLAINE, Paloma ; PORFIRIO, Kelly; OLIVEIRA Fernanda Trigueiro Fernandes; GONÇALVES, Vanessa Aparecida; FERNANDES, Wanderley da Mota

**Palavras-chave:** Índice de Massa Corporal. Obesidade Infantil. Vida Saudável.

### INTRODUÇÃO

Para Meira *et al* (2011) a obesidade é conhecida como um distúrbio que causa desordem dos sistemas reguladores do peso corporal, caracterizando assim um armazenamento e/ou acúmulo de gordura no corpo. Pesquisas recentes apontam que a obesidade vem tendo um crescimento bem significativo a cada dia. A obesidade infantil vem crescendo de forma alarmante devido aos maus hábitos alimentares e ao sedentarismo, assim tornando-se um problema de saúde pública. (PEREIRA e LOPES, 2012). O objetivo desse estudo foi comparar o índice de massa corporal de crianças na idade entre cinco e oito anos de idade.

### METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa de campo com 56 alunos, 28 meninos e 28 meninas com as idades dentre 5 e 8 anos de uma escola em Natalândia Minas Gerais. Foram coletados também nas escolas da Cidade de Dom Bosco e Unaí. Foram coletadas peso e estaturapara o cálculo do Índice de massa corporal (IMC) conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde (2007). Para análise de dados foi utilizado TesteT-Student para médias e desvios padrão e correlação de Pearson.

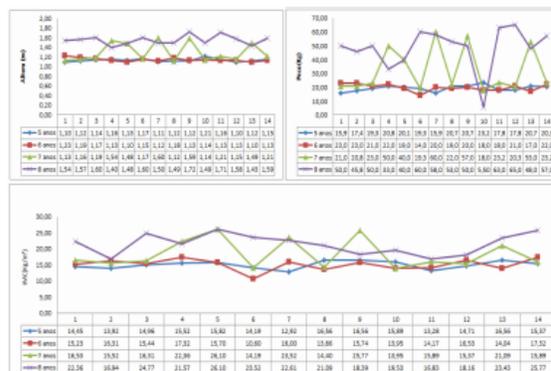
### RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico mostra que com o aumento da idade houve ganhos significativos no IMC nas idades de 7 e 8 anos de idade. O que já pode demonstrar maus hábitos de saúde

**Gráfico 1. Médias e Desvios Padrão das variáveis por idade.**

Idade	Altura (m)	Peso (kg)	IMC
5 anos	1,14±0,03	19,28±2,14	115,37±0,84
6 anos	1,15±0,04	19,79±12,53	15,14±1,72
7 anos	1,30±0,10	32,20±16,4	18,35±4,54
8 anos	1,55±0,20	48,45±15,53	21,51±3,00

Utilizado teste T-Student. \* Significativo quando p<0,05



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo observou-se um aumento significativo do índice de massa corporal com o aumento da idade. É necessário que se aprofunde esse estudo afim de verificar se essas crianças estão desenvolvendo hábitos de vida não saudáveis.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LLO, Elza Daniel; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?. *Jornal de Pediatria* - V. 80, nº3, p. 173-182. 2004.
- MEIRA, Carolina Franco; *et al.* Obesidade infantil: um problema hereditário ou uma compulsão alimentar?. *Antropologia e Momento Integrador das Faculdades Pequeno Príncipe*. p. 01-03, 2012.
- PEREIRA, Paulo Jorge de Almeida; LOPES, Liliana, Silva Correia. Obesidade infantil: estudo em crianças num ATL. *Millenium*, 42 (janeiro/junho).p. 105-125. 2012.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. DEPARTAMENTO DE NUTROLOGIA. OBESIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - *Manual de Orientação* / Sociedade Brasileira dePediatria. Departamento de Nutrologia. – São Paulo - SP: Sociedade Brasileira de Pediatria. DepartamentodeNutrologia, 116 p. 2008.

## ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DA CORPORAL DE MULHERES PRATICANTES DE EXERCÍCIO RESISTIDO

COIMBRA, Acir Jose; MOURA, Thamara Coelho de.; PINTO; Ana Carla Fernandes; FREITAS, Marcos Vinicius Albino de; SILVA, Jéssyca Drú Marques da; SILVA, Geraldo Augusto e; SILVA, Rafael Barbosa da; CRUZEIRO, Joselane Gonçalves, Tôrres, Rafael Martins; SILVA, Diego Fernandes da .

**Palavras-chave:** Exercício resistido. Composição corporal. Percentual de gordura.

### INTRODUÇÃO

A obesidade vem aumentando a cada ano e o número de obesos e pessoas com sobrepeso é alarmante em todo o mundo. Esse problema não é mais uma característica dos países ricos, como os Estados Unidos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 1995 e 2000 o número de pessoas obesas passou de 200 para 300 milhões, representando entorno de 15% da população mundial. (HERNANDES e PEREIRA 2010). O objetivo desse estudo foi comparar a avaliação da composição corporal pré e pós um período de prática de musculação.

### METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com alunos de uma academia do município de Unaí-MG, foram selecionadas vinte participante sendo todos iniciantes com idade variando 17 e 40 anos. Todos foram submetidos a uma avaliação antes de iniciar a prática da musculação e outra após três meses de treinamento. Para a realização das avaliações foram coletados os seguintes dados e com os instrumentos correspondentes: peso e estatura através de balança com Estadiômetro da marca Welmy, circunferências trena Sanny, dobras cutâneas Adipômetro Sanny, diâmetro dos ossos paquímetro Sanny. Todas as avaliações foram realizadas pelo mesmo avaliador e através do protocolo de Composição Corporal de Jackson & Pollock parasete dobras, Para análise de dados foi utilizado Teste-T-Student utilizando o pacote estatístico SPSS20.0.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

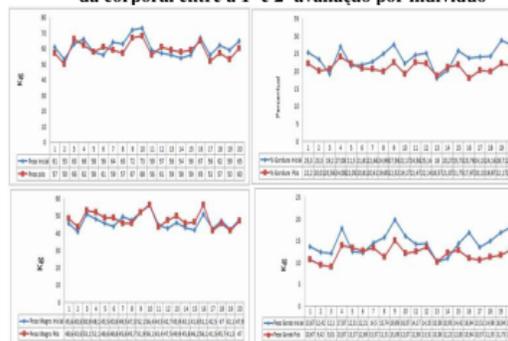
Através dos resultados observa-se que houve diminuição do percentual de gordura ( $23,88 \pm 2,84$ ) para ( $20,97 \pm 1,51$ ) e por consequência do peso gordo de ( $14,57 \pm 2,54$ ) para ( $11,98 \pm 1,57$ ) nota-se também um aumento do peso magro que passou ( $46,40 \pm 4,10$ ) para ( $47,92 \pm 4,27$ ) entre os indivíduos avaliados (figura 01). Para Pereira Júnior e Ribeiro (2010) isso ocorre porque a prática do exercício resistido promove uma adaptação fisiológica elevando assim o aumento do metabolismo basal, fazendo com que o indivíduo tenha um gasto calórico em repouso maior.

**Tabela 01: Comparação das variáveis da composição da corporal entre a 1ª e 2ª avaliação.**

Variáveis	Idade	Peso	Estatura	% Gordura	Peso magro	Peso Gordo
Avaliação 1	23,95±6,64	*61±5,65	1,63±0,05	*23,88±2,84	46,40±4,10	14,57±2,54
Avaliação 2	23,95±6,64	59,25±4,79	1,63±0,05	20,97±1,51	47,92±4,27	11,98±1,57

Foi utilizado teste T-Student pareado  $p < 0,05$

**Figura 01: Comparação das variáveis da composição da corporal entre a 1ª e 2ª avaliação por indivíduo**



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos com a realização deste estudo mostram resultados significativos de melhora com relação a diminuição dos percentuais de gordura, peso gordo e o aumento do peso magro dos indivíduos participante desta pesquisa. Concluiu-se que esses participantes mesmo em idades diferenciadas que não tinham o hábito da prática regular do exercício físico, podem ter resultados de melhora significativos num curto espaço de tempo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HERNANDES, F. PEREIRA, M. V. Obesidade: causas e consequências em crianças e adolescentes. *Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 47-63, set./dez. 2010. ISSN: 1983-9030.  
PEREIRA JÚNIOR P, RIBEIRO, C F. A. M. A. Influência da musculação na prevenção da obesidade. *Agora. Revista. Divulgação. Científica*. ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, p 109 a 116, 2010.

## ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ADOLESCENTES DE DIFERENTES IDADES

BENTO, Daiane Peres; COIMBRA, Rafael; DEUS, Ricardo de, MOURA, Frederico Antônio de; RIBEIRO, Dayane Alves; SILVA; Juciléia Ferreira da; SOUTO, Wanderson Antônio

**Palavras-chave:** Obesidade adolescente. Índice de massa corporal. Atividade Física

### INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada, em países desenvolvidos, um importante problema de saúde pública, e pela OMS, uma epidemia global. A prevalência de obesidade está crescendo intensamente, na infância e na adolescência, e tende a persistir na vida adulta: cerca de 50% de crianças obesas aos seis meses de idade, e 80% das crianças obesas aos cinco anos de idade, permanecerão obesas. Neste estudo o objetivo foi avaliar a prevalência de sobrepeso e obesidade, comparando o IMC entre crianças e adolescentes de diferentes idades.

### METODOLOGIA

Para o presente estudo foram avaliados um total de 72 alunos, de uma escola pública no município de Unaf-Mg, ambos divididos em três grupos de diferentes idades: G1: 11 e 12 anos, G2: 13 e 14 anos e G3: 15 e 16 anos. Para a realização das avaliações foram coletados o peso e estatura através de balança com estadiômetro da marca Welmy. Para análise de dados foi utilizado Teste-T-Student utilizando o pacote estatístico SPSS20.0.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

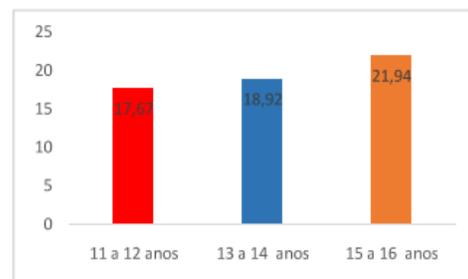
Observa-se que houve um aumento do índice de massa corporal que acompanhou o aumento de idades desses adolescentes. Um dos fatores que pode contribuir para isso é a própria fase puberal em que se encontram esses adolescentes. É importante ressaltar que esses participantes praticam atividades físicas apresentaram na classificação da obesidade eutrofia (Gráfico 1 e Figura 1).

**Figura 01: Análise do IMC nos adolescentes**

Idade	IMC (Kg/m <sup>2</sup> )
11 e 12 anos	17,67±1,74
13 e 14 anos	18,92±2,48
15 e 16 anos	21,94±2,99

Utilizado teste T-Student

**Figura 1. Análise do IMC nos adolescentes**



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que houve um aumento do índice de massa corporal com o aumento das faixas etárias. Porém na classificação do IMC a maioria dos participantes foram considerados eutróficos.

### REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Atalício Alberto do; SIRINO, Fabiana; MINUZZI, Luciele Guerra. Índice de obesidade, sobrepeso e risco cardiovascular em escolares de 11 a 14 anos da cidade de Abelano Luz (SC). *Revista Mackenzie de educação física e Esporte* - v.10, n.2, p. 128-139, 2011. Disponível na Internet em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/viewFile/3078/3477>. Acessado em: 26/03/2013
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **POF 2008-2009: Desnutrição cai e peso das crianças brasileiras ultrapassa padrão internacional**. Disponível na internet: <http://saladeprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1busca=1&idnoticia=1699>. Acessado em: 16/10/2013

# FREQÜÊNCIA DO CONSUMO DE ALCOOL EM DOCENTES DE UMA INSTITUICAO PRIVADA

## COLETA DE DADOS

CAVALCANTE, Amanda  
SANTOS, Jordana  
OLIVEIRA, Kárita

**Palavras-chave:** Álcool. Consumo. Frequência.

O objetivo deste estudo é identificar a frequência do consumo de álcool em professores do ensino superior. O consumo de álcool é um comportamento presente em todos os países do mundo. Qualquer padrão de consumo pode causar problemas para o usuário, no entanto é importante ressaltar que existe uma variação do risco que se evidencia nos diversos padrões de consumo. Deste modo os danos pelo uso do álcool encontram-se diretamente relacionados ao padrão de consumo (quantidade e frequência de uso), ou seja, quem consome baixas doses terá menos problemas do que quem faz uso regular de altas doses de bebida alcoólica. Sendo, portanto, o álcool um importante fator de risco para numerosos problemas de saúde que afetam gravemente os trabalhadores e entendendo que a investigação dos padrões de consumo de álcool é uma importante estratégia de planejamento de ações para redução de riscos e prevenção de doenças em grupos específicos. Trata-se de um recorte de estudo piloto de caráter descritivo cuja coleta de dados foi realizada na disciplina de Epidemiologia com o objetivo de conhecer a prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares entre docentes do ensino superior em uma instituição privada. Os docentes entrevistados fazem uso frequente de álcool devido ao estresse do trabalho e da vida corrida relatando que, faz o uso de álcool vários dias da semana visando o relaxamento que a bebida proporciona. Com isso ressaltamos que o estresse é carro chefe para que esses profissionais tenham hábitos de vida nada saudáveis, acarretando muitos malefícios que o álcool trás para o corpo.

## REFERENCIAS

FOCCHI, G.R.A. **Tabagismo:** dos fundamentos ao tratamento. São Paulo: Lemos Editorial, 2006.

MENDES E MACEDO, Alex; Janaina Almeida. **Alcoolismo:** Um estudo sobre a importância dos centros especializados na modificação dos ébrios habituais. Estação Científica - Juiz de Fora, nº 07, junho/2012. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3580514/alcoolismo-um-estudo.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

# ENERGIA SOLAR CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS

## RESUMO

GOMES, Amanda Oliveira  
DIAS, Mônica Alves Barbosa  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavra-chave:** Energia Solar. Qualidade de Vida. Assentamentos.

Este artigo tem como objetivo identificar como a energia solar pode auxiliar a vida das famílias assentadas, ajudando em gestos simples do dia-a-dia e na agricultura sem agredir o meio ambiente, pois a energia solar é uma fonte inesgotável e renovável. A Energia Solar é aplicável em quaisquer circunstâncias, como fonte térmica, ela pode ser utilizada no aquecimento de água para uso residencial, para uso industrial, no aquecimento de ar para ser utilizado na secagem de produtos agrícolas e no aquecimento de ambientes. Como fonte de energia elétrica, ela pode ser aplicada em diversas situações, é uma energia limpa, pois a geração, a captação, a transformação e o aproveitamento não envolvem nenhum tipo de poluição. Portanto, a energia solar é limpa, não apresentando nenhum tipo de poluição ao meio ambiente e a sua instalação é simples não consomem matéria-prima, no processo de captação e de transformação da energia solar. Por isso, a manutenção se restringe apenas à realização de limpezas, quando houver incrustações de material poeira, folhas secas, que possam afetar a transparência do vidro dos módulos e a sua sensibilidade, o custo é reduzido com energia elétrica, o consumo de energia solar é gratuito. Assim, os investimentos iniciais para a instalação do sistema, que poderão parecer elevados, são distribuídos ao longo de vários anos, correspondendo a um baixíssimo custo mensal de energia. Podemos apontar a diminuição ou ausência de radiação solar direta, em dias nublados e chuvosos. Por isso, no caso de sistemas solares para fornecimento de eletricidade, será necessário dimensionar um conjunto de baterias capaz de armazenar a energia elétrica necessária para ser utilizada nessas ocasiões (PALZ, 2002).

## REFERÊNCIAS

PALZ, Wolfgang. **Energia Solar e fontes alternativas**. HEMU. 2002. Disponível em: <[www.cpt.com.br](http://www.cpt.com.br)>. Acesso em: 26 abr. 2014.

# EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## RESUMO

CAMARGOS, Brenno de Lima  
BORGES, Nayara Martins  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavra-chave:** Educação em Saúde. Qualidade de Vida. Desenvolvimento Sustentável.

O presente artigo apresenta uma abordagem sobre a educação em saúde no contexto das famílias assentadas, levantando ainda o aspecto da qualidade de vida dessas famílias. Pois, acredita-se que a partir do processo de educação em saúde é possível transformar a realidade de um grupo social, uma vez que esse processo busca a autonomia do sujeito o tornado ator principal de sua vida e sua saúde. Outro fator abordado é a inter-relação desses processos no âmbito do Desenvolvimento Sustentável o qual também remete a necessidade de mudança de paradigmas para transformar ações em atitudes mais sustentáveis. É possível perceber a relevância do presente estudo, pois, educação em saúde tem se constituído como relevante ferramenta no contexto da saúde, onde esse processo é capaz de provocar mudanças no paradigma da saúde e da qualidade de vida das populações, uma vez que este torna o paciente ator principal de sua saúde e sua vida, o que vem de encontro com a proposta das mudanças ideológicas do vislumbradas dentro do Desenvolvimento Sustentável. Soares (2006) defende que os projetos de saúde voltados para os assentamentos devem considerar as diversidades de situações, seja pelas características socioculturais da população e também quanto às diversidades ambientais que variam muito de uma região para outra. Delfino et al., (2012), revela que a saúde humana se relaciona com a qualidade de vida as quais tem sido ferramenta de muitos estudos dos programas de saúde ao longo dessas últimas décadas.

## REFERÊNCIAS

DELFINO, Maria Regina Rufino; KARNOPP Zuleica Maria Patrício. ROSA; Mary Rosane Quirino Polli; PASIN, Roseli Ribeiro. **Repercussões do Processo de Ensinar-Aprender em Serviços de Saúde na Qualidade de Vida dos Usuários**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 10 n. 2, p. 315-333, jul./out.2012.

SOARES, Diego. **O “Sonho de Rose”**: políticas de saúde pública em assentamentos rurais. Saúde e Sociedade v.15, n.3, p.57-73, set/dez 2006

# **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONTRIBUIÇÃO PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DE UM SOLO DEBILITADO E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS**

## **RESUMO**

FERNANDES, Daniel Gonçalves  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavra-chave:** Educação ambiental. Manejo. Ecologia.

Este artigo tem por objetivo identificar a melhor forma de educação ambiental e de manejo ecológico dos recursos naturais de forma que se possa trazer uma qualidade de vida para os assentados de forma sustentável e uma educação ou manejo do solo debilitado, por meio de pesquisas pode-se ressaltar o conceito de educação ambiental de forma bem ampla para abranger as diversas áreas e obter modos de manejo ecológicos dos recursos naturais para os assentados de modo sustentável. A educação ambiental está inclusa no desenvolvimento sustentável, que tem como base os seus três pilares: social, econômico e ambiental, para que se possa atingir de forma ampla o planeta. Para ter uma educação de qualidade em relação à preservação do meio ambiente tem-se que atingir a população no seu dia-a-dia, através do manejo de seus produtos de forma ecológica, fazendo com que estas atitudes possam abranger até chegar direto no meio ambientes, como a reabilitação de áreas degradadas e a economia voltada para a sustentabilidade. (JOCOB, 2003). A educação ambiental pode contribuir para o manejo sustentável e a qualidade de vida dos assentados, afinal ao verificar o conceito dado pelos autores, pode-se afirmar que os assentados devem buscar formas de utilização do solo e seus componentes de forma que mantenha preservado, realizando o controle dos seus recursos naturais, evitando assim, a escassez de produtos. (SILVA AYRES, 2007).

## **REFERÊNCIAS**

JACOB, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p 189-205, março/2003.

SILVA AYRES, Fernando Guilherme. O exercício das liberdades, o combate a pleonexia e a educação ambiental no processo do desenvolvimento. **Revista brasileira de ciências ambientais**. São Paulo, 2007.

# ASSISTENCIA TECNICA E MANEJO SUSTENTÁVEL DO USO DA TERRA PELOS ASSENTADOS, EM PROL DE GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

## RESUMO

LOPES, Eunice  
ROCHA, Adelmo  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavra-chave:** Assentados. Assistência técnica. Manejo sustentável.

O presente trabalho teve como conhecer os conceitos sobre o uso da terra, da assistência técnica e manejo do uso da mesma, disponibilizado às famílias, assentadas, vindo a contribuir, para geração de renda em prol da preservação ambiental. O artigo se justifica quanto ação humana, a necessidade de tomar conhecimento do quanto à assistência técnica e manejo sustentável do uso da terra para geração de renda na agricultura familiar é importante para a vida dos assentados e pequenos produtores rurais. Os assentamentos humanos necessitam de apoio sustentável do uso da terra para superar seus problemas econômicos e sociais básicos. Este artigo divide-se em dois capítulos: O capítulo I, Assistência técnica às famílias assentadas em prol da geração de renda e preservação ambiental, onde as políticas sociais desempenham um papel fundamental na construção do desenvolvimento sustentável para o campo; O capítulo II, Manejo sustentável do uso da terra pelos assentados. Na luta pela Reforma Agrária e pela construção de outro modelo de produção e matriz tecnológica, o MST, na crítica a esse sistema de extensão rural, busca a construção de uma proposta de assistência técnica para os assentamentos rurais que seja, pública, gratuita e com gestão das organizações dos trabalhadores assentados. (NÍVIA, 2010). O objetivo do manejo sustentável do uso da terra é fornecer subsídios para a possível incorporação no projeto, de atividades e investimentos voltados para o melhoramento da qualidade de vida nos assentamentos. (JACOB, 2008).

## REFERÊNCIAS

NIVIA, Regina.. O Papel da assistência técnica nos assentamentos. *Jornal Sem Terra*. 2010. Número 308. Nov./Dez. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/jornal/308/artigo>.>. Acesso em: 05 maio 2014.

JACOB, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p 189-205, março/2003.

# O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM PROJETO DE ASSENTAMENTO RESUMO

OLIVEIRA, Joanne Valtrudes Medeiros de  
VARGAS, Geovanna de Oliveira  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Populações. Assentamento.

Ao escolher esse tema como conteúdo de nosso projeto, baseamos na alta taxa de mortalidade pela falta de higiene e consumo de água contaminada, pois ter um tratamento e abastecimento de água correto é fundamental para saúde, bem-estar, segurança e aumento da expectativa de vida da população. Para se ter um melhor entendimento do presente artigo, será apresentado os tipos de fossas e suas características, podemos dizer que há variações diversas de fossas que são destinadas a receber os esgotos domésticos, segundo a FUNASA (2007) dentre elas as mais utilizadas são: **FOSSA SECA OU SÉPTICA** - essa solução é a mais utilizada nas zonas rurais e suburbanas para o destino de dejetos domésticos, sua construção é baseada numa escavação circular ou retangular, com mais ou menos um metro de diâmetro ou de lado e profundidade de aproximadamente dois metros, e deve ser construída a 10 metros da casa e a mais de 15 metros de qualquer fonte ou poço de água. **FOSSA NEGRA** - esse tipo de fossa nada mais é do que um buraco na terra que recebe todo material, sem nenhuma forma de tratamento, quando se é adotado esse tipo de sistema o local é considerado muito perigoso, pois não possui nenhum tipo de segurança e o alto risco de contaminação. **FOSSA ESTANQUE** - como o nome desse sistema já indica é um tanque impermeável, no qual são dispostos os esgotos ali acumulados até sua remoção. (JORDÃO; PESSÔA, 2005). **FOSSA ABSORVENTE** – também conhecido como poço absorvente, é a mais usual na maioria das cidades brasileiras, com algumas exceções, e a que mais se aproxima do significado da pala ‘fossa’ como descrito nos dicionários. (HELLER; CHERNICHARO, 1996). **FOSSA QUÍMICA** - esse sistema é na verdade uma fossa estanque na qual se adiciona um produto químico para desinfecção dos dejetos, atualmente bastante utilizadas em situações que exigem diversos gabinetes sanitários temporários, como em festas ou eventos que aglomeram muita gente. (JORDÃO; PESSÔA, 2005.) **SISTEMA BIODIGESTOR** - compõe-se, basicamente, de uma câmara fechada na qual uma biomassa, em geral detritos de animais, através de processo anaeróbico fermenta produzindo biogás e biofertilizante. (BARRERA, 1993 apud GONÇALVES et al, 2009).

## REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Hérica Fernanda E. *et al.* **O Biodigestor Como Princípio De Sustentabilidade De Uma Propriedade Rural.** 2009. Disponível em: < [http://www.catolica-to.edu.br/portal/portal/downloads/docs\\_gestaoambiental/projetos2009-1/1-periodo/O\\_biodigestor\\_como\\_principio\\_de\\_sustentabilidade\\_de\\_uma\\_propriedade\\_rural.pdf](http://www.catolica-to.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos2009-1/1-periodo/O_biodigestor_como_principio_de_sustentabilidade_de_uma_propriedade_rural.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

FUNASA. **Manual de Saneamento:** Orientações técnicas. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/127278463/MANUAL-DE-SANEAMENTO-FUNASA-pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

HELLER, L.; CHERNICHARO, C. A. L. Tratamento e Disposição Final os Esgotos do Meio Rural. *In:* Seminário Internacional Tendências do Tratamento Simplificado de Águas Residuais Domésticas e Industriais. Anais... Belo Horizonte: DESA/UFGM, 1996.

JORDÃO, E. P. PESSOA, C.A. Tratamento de esgoto doméstico. 4 ed. Rio de Janeiro: ABES 2005, p.932.

# AS FAMÍLIAS ASSENTADAS E O USO DO BIODIGESTOR COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAMENTO DE DIFICULDADES

## RESUMO

ALMEIDA, Izadora Morete de  
PIRES, Luis Daniel Alves  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Famílias assentadas. Biodigestor. Dificuldades Socioeconômicas.

Este artigo tem como objetivo verificar as dificuldades socioeconômicas das famílias dos assentados, visando demonstrar a complexidade do dia a dia dessas pessoas. Também remete sobre o que seria mudado, caso fosse, implantado um biodigestor em um assentamento, quais seriam os benefícios para o meio ambiente, e para a parte econômica dos acampados, mas também aborda a dificuldade de implantação desse biodigestor. A ideia de implantar um biodigestor em um assentamento é suscitar uma melhoria de vida, social e econômica dos assentados, pois suas condições não são as melhores. Implantar um biodigestor em um acampamento concorreria para solução de muitos os problemas, não seria preciso, a compra de gás, como exemplo, e seriam evitados também, gastos como conta de energia. Outro meio que produz ênfase, é o fato poderem economizar em adubos, já que, o biodigestor produz um adubo com alta concentração de diversos nutrientes, e esses recursos disponíveis, viriam grandes benefícios para os assentados (TORRES, 2012). A tecnologia da biodigestão é baseada na digestão anaeróbica estimulada de uma determinada biomassa, onde é possível o aproveitamento integral do esterco animal, desde que haja manuseio e instalações corretas. É possível integrar a biodigestão no processo produtivo da criação animal, propiciando benefícios como: a geração de biogás, que pode ser convertido em energia elétrica ou ser utilizado diretamente, como gás combustível, e a produção de biofertilizante, beneficiando o produtor. (TORRES E PEDROSA, 1999). Entretanto a técnica de implantar esses biodigestores em assentamentos, nem sempre é possível pelo alto valor, acaba se tornando impossível tê-lo, trazendo então uma regressão em suas condições.

## REFERÊNCIAS

TORRES, Aline; PEDROSA João Felipe. **Fundamentos de Implantação de biodigestores em propriedades rurais**. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1248&class=02>>. Acesso em: 01 maio 2014.

TORRES, Aline; PEDROSA, João Felipe. **Fundamentos de implantação de biodigestores em propriedades rurais**. 2012. Disponível em: <[www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1248&class=02](http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1248&class=02)> Acesso em: 01 maio 2014.

[]

## A EDUCAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RESUMO

RAMOS, Táissa  
RODRIGUES, Thaisa  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Assentamentos. Escolas. Ambiental.

Os assentamentos rurais fazem parte da realidade do campo brasileiro, a escolarização nos assentamentos é de muita importância para o desenvolvimento do mesmo, abrangendo não só isso, mas também o Desenvolvimento Sustentável. Assim, surge o presente trabalho que tem como problemática questionar como a escolarização de jovens e adultos assentados de reforma agrária tem contribuído para conscientização dos mesmos quanto à sustentabilidade e os cuidados com a preservação do meio ambiente? Para responder ao presente questionamento utilizaram-se os seguintes objetivos específicos: verificar o impacto da escolarização de jovens e adultos assentados de reforma agrária no município e a sua contribuição para conscientização quanto aos cuidados e preservação do meio ambiente de forma sustentável e, compreender que a educação levada à população de um município poderá beneficiar um país inteiro. A preocupação com o meio ambiente não poderia deixar de ser uma das questões fundamentais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Partindo de uma retrospectiva da inserção do MST em questões relacionadas à sustentabilidade, pode-se verificar que desde o seu Primeiro congresso Nacional, ele tem esboçado, ainda que, inicialmente, uma inclinação favorável aos temas de educação e preservação ambiental. (COSTA NETO; CANAVESI, 2003). O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. (INCRA, s.d.). Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O PRONERA capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. (COSTA NETO; CANAVESI, 2003).

## REFERÊNCIAS

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. C.. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil? *In*: Alimonda, H.. (Org.). **Ecologia Política Natureza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Educação no Campo**/Pronera. s.d. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

# AS RESERVAS LEGAIS E O ATENDIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL

## RESUMO

GONÇALVES, Bianca  
RUTH, Débora  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** função social. Propriedade. Meio ambiente.

O presente artigo tem como objetivo a função social no contexto do direito civil e as reservas legais. A propriedade se baseia no direito real de usar e gozar o bem que possui e impondo ao proprietário uma série de ações e abstenções. A função social é um fenômeno que atualmente inspira o ordenamento jurídico e mostra que a propriedade sempre existiu nas sociedades ocidentais. Já a reserva legal tem por objetivo preservar os recursos para assegurar o bem estar das populações humanas e é legalmente protegida pelo governo. O trabalho a ser apresentado mostra que a importância das reservas ambientais é de grande valor para o meio ambiente e a manutenção da biodiversidade planetária, com a preservação de espécies da flora e da fauna. A partir dele, verificou-se a função social no direito da propriedade, os direitos adquiridos e sua interferência social. O princípio da função social da propriedade além de permitir determinações de obrigações de fazer, potencializa as intervenções protegidas no entendimento tradicional. Essa função social delimita o Direito de propriedade, com isso, dependente do atendimento dos interesses da sociedade, ou seja, o Direito de propriedade não pode ser exercido de maneira absoluta, observando tão somente os interesses do proprietário, mas sim com o objetivo de atender, também, os interesses de toda a coletividade. Um aspecto importante é que a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém poderá ser privado, a não ser quando a necessidade pública comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indenização (MALUF, 1997).

## REFERÊNCIAS

MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Limitações ao direito de propriedade**. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

## A NOVA USUCAPIÃO FAMILIAR RESUMO

MACHADO, Lucas  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavra-chave:** Usucapião. Familiar. Função social.

A pesquisa trata da análise da criação da nova modalidade a usucapião familiar que possibilita o cônjuge usucapir do outro bem imóvel por aquele abandonado. Esta modalidade foi consagrada pelo Código Civil em seu artigo 1.240-A. O objetivo é analisar a discussão em face da redução do prazo legal para constatar usucapião na modalidade familiar se é de forma justa, e será observado se há a inconstitucionalidade deste prazo exigido ser inferior as demais modalidades. O legislador ao criar esta nova modalidade demonstra preocupação sobre o aspecto da função social da propriedade, uma vez que o cônjuge que permanecia na posse do bem teria instabilidade social e financeira. Esta pesquisa objetiva informar sobre a aplicação da usucapião familiar e descrever a situação do prazo inferior as demais modalidades constitucionais e quanto a sua verificação da aplicação se é justa. O objetivo proposto pelo presente trabalho é analisar o contexto desta nova modalidade de usucapião especial, em face que o legislador demonstrando preocupação com a função social que foi imposta pela Constituição Federal de 1988 para a propriedade. A usucapião do cônjuge residente se mostra como uma alternativa viável para resolver os problemas enfrentados na regularização de imóveis, o que atenderá a função social da propriedade em razão do fortalecimento da estabilidade familiar. Quanto à usucapião o prazo exigido de 2 (dois) anos o legislador presume ser importante tomar medidas mais rápidas, como condiz uma nova espécie possui regras próprias e seu prazo é menor que as demais modalidades de usucapião. O que pode tomar como reflexão sobre a forma da usucapião ser justa diante das demais modalidades, seria a reafirmação do direito a moradia, sendo um preceito da Constituição Federal. No que tange a função social, pode-se concluir que no artigo 1.240-A do Código Civil para fim de que se satisfaça a necessidade econômica e social, inclusive possuindo um intrínseco princípio o da dignidade da pessoa humana.

### REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Usucapião e o abandono do lar**. Disponível em: <[www.mbdias.com.br](http://www.mbdias.com.br)>. Acesso em: 22 abr. 2014.

MANJINSKI, Everson. **A usucapião do cônjuge residente e a função social da propriedade**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12682&revista\\_caderno=7](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12682&revista_caderno=7)> Acesso em: 22 abr. 2014.

**A EFETIVAÇÃO DA USUCAPÇÃO COLETIVA EM ÁREAS DE CRESCIMENTO  
DESORDENADO (FAVELAS)  
RESUMO**

OLIVEIRA, Marcio Silvio  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Usucapião. Coletivo. Imóvel.

O objetivo do presente artigo é conceituar usucapião e abordar de forma mais aprofundada o usucapião coletivo. O vigente Código assume uma nova perspectiva com relação à propriedade, ou seja, seu sentido social. Gerando uma nova tendência de usucapião coletiva, pelo fato do crescimento desordenado das grandes metrópoles e o inchaço urbano e a periferização de indivíduos para áreas conhecidas como favelas. O objetivo de tal artigo é descrever que diante dos avanços sociais da sociedade e as novas formas de moradia, o ramo do direito civil acompanha o desenvolvimento da sociedade, e vem sendo criada uma nova forma de usucapião. A usucapião é um termo originário do latim, e significa adquirir pelo uso. A usucapião se dá pela posse mansa, pacífica e contínua, a exceção dos bens públicos, todos outros são possíveis de usucapião. Segundo Gomes (2012), a usucapião é definida como um modo de aquisição da propriedade, por via da qual o possuidor se torna proprietário. No presente artigo visa-se o estudo da usucapião coletiva ou por interesse social regido pela Lei n.º 10.251/2001 (BRASIL, 2001). Para os doutrinadores tal forma de aquisição de usucapião foi criada para atender à pressão social das ocupações urbanas e regularizar a ocupação dos indivíduos ali inseridos, sem os entraves e o preço de uma ação individual de usucapião. A Lei exige em seu artigo 10º que a área tenha mais de 250 metros quadrados, com ocupação coletiva, sem identificação dos terrenos ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural, como é o caso das favelas (BRASIL, 2001). Na prática, até que os terrenos podem ser identificados, ocorre que essa identificação se mostra geralmente confusa ou inconveniente nesse emaranhado habitacional. Note também que a área deve ser particular, pois a Constituição da República é expressa em proibir a usucapião de terras públicas. (GOMES, 2012).

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 05 maio 2014.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais.** 21 ed. São Paulo: Forense, 2012.

# A EFICÁCIA DA USUCAPIÃO COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE REGULARIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES BRASILEIRAS RESUMO

RIBEIRO, Nathalia Regina  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavra-chave:** Usucapião, Aquisição, Estatuto da Cidade, Coletivo.

A Usucapião é uma forma originária de aquisição da propriedade imobiliária. São quatro modalidades de usucapião previstas em Lei, quais sejam: a extraordinária, a ordinária, a urbana e a especial rural ou pro labore. Porém, com o advento da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, em seu art. 10 foi criada uma nova modalidade de usucapião, a Usucapião Especial Coletiva Urbana. No trabalho em questão dar-se-á um foco maior a esta nova modalidade de usucapião. O presente artigo realiza uma breve abordagem do inovador instituto da usucapião especial urbana coletiva, instituída pela Lei n.º 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, e da interpretação de suas normas no âmbito do direito processual coletivo. Desta forma deve-se observar se a usucapião especial coletivo urbano, que foi criada para solucionar os problemas habitacionais brasileiros, está sendo aplicada de forma eficaz ou está gerando conflitos sociais. O presente artigo tem como objetivo geral focar o instituto da usucapião especial urbana coletiva, em alguns de seus aspectos processuais relevantes. Tem-se como justificativa a extrema importância que demonstra a usucapião especial urbana coletiva no presente momento, como instituto inovador, especialmente em se tratando da coletividade. A posse prolongada da coisa pode conduzir à aquisição da propriedade, se presentes determinados requisitos estabelecidos em lei. Em termos mais concretos, denomina-se usucapião o modo de aquisição da propriedade mediante a posse suficientemente prolongada sob determinadas condições. (VENOSA, 2005.) São quatro modalidades de usucapião previstas em Lei, quais sejam, a extraordinária, a ordinária, a urbana e a especial rural ou pro labore. E com o advento da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, em seu art. 10, foi imposta uma nova modalidade de usucapião. A usucapião especial coletiva urbana. Tal modalidade será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no Cartório de Imóveis (DINIZ, 2010).

## REFERÊNCIAS

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito das coisas. v.4. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 165, 170 p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** direitos reais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 216 p.

## DIREITO DE SUCESSÃO É CAUSA IMPEDITIVA NA AQUISIÇÃO DA POSSE? RESUMO

LOURENÇO, Ferreira, Raphaela  
TRIGUEIRO, Vicente, Camila  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Direito. Posse. Aquisição.

Sendo a aquisição da posse feita de varias formas como apreensão uma aquisição originária podendo também ser derivada, outra forma de aquisição de posse é também disposição da coisa ou do direito e tradição. O direito de sucessão transfere ao herdeiro o direito de propriedade, e o herdeiro é legítimo, ele faz parte do inventário, a ser realizado judicialmente, tendo em vista a incapacidade. Tendo o herdeiro o direito de entrar com uma ação de reintegração de posse caso já exista um possessor em sua propriedade e cabe a este possessor entrar com a ação de posse podendo até requerer usucapião dependendo do tempo que já está na posse da propriedade. No caso em apreço, a discussão refere-se à posse, e não a propriedade. Assim, ao se tratar de ação possessória, não se discute a propriedade. A parte que ingressar com uma ação possessória e alegar ter a propriedade, ele será sucumbente. Pois, a ação destina a discutir a propriedade, é ação petitoria. Todavia, em tempo, poderá suscitar como matéria na peça possessória, a questão da propriedade, não sendo, contudo, a pedra de toque da questão supracitada. Discute-se quem tem a melhor posse. Para o doutrinador Rodrigues (2003) a posse é mero estado de fato, que a legislação protege em atenção ao direito de propriedade. Conceituando da seguinte maneira: “A -a posse é a condição de fato da utilização econômica da propriedade; B- o direito de possuir faz parte do conteúdo do direito de propriedade; C- a posse é um meio de defesa da propriedade; D- a posse é uma rota que leva a propriedade”. (RODRIGUES, 2003, p. 20). Rodrigues (2003) aponta ainda que caso o herdeiro que queira manter a posse do bem será necessário a ação de manutenção de posse, essa ação será possível quando o possuidor, sem haver sido privado de sua posse, sofrerá uma turbação em seu exercício, pretende-se, assim, não perder o total controle da posse. Ainda no entender de Rodrigues (2003) caso o herdeiro já esteja completamente sem a posse do bem, o herdeiro esbulhado, irá pleitear a posse do bem, é necessário que entre com a ação de reintegração de posse. Ademais, se a pessoa que estiver em poder do bem, usara a ação de usucapião, que se divide em três formas: usucapião ordinário; extraordinário e especial. A usucapião ordinária é aquela que se consuma em dez anos, neste caso o possuidor deverá provar a posse mansa e pacífica, junto com justo título e boa-fé. (RODRIGUES, 2003). Já a usucapião extraordinária muda-se o prazo para pleitear o direito de propriedade, são necessários quinze anos, que poderá ser reduzido para dez se o possuidor houver estabelecido moradia própria ou realizado serviços produtivo, aqui não será necessário justo título e boa-fé. (VENOSA, 2003). Por fim, usucapião especial “leva em conta a produtividade e a moradia na terra, além da posse e do tempo. A sentença declaratória era também instrumento hábil para o registro imobiliário” (VENOSA, 2003, pag. 223) Após ingressada a ação, os proprietários do imóvel serão citados, para contestar o pedido, caso não seja contestado o juiz poderá julgar procedente a ação, caso a posse não seja provada, ou contestada, o juiz depois de saneá-lo deverá marca audiência para instrução e julgamento, seguindo o processo curso ordinário, e no fim o juiz decidirá com quem ficará a propriedade do bem. (RODRIGUES, 2003).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: **Direito das coisas**, v 5. 208. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil ( Lei n. 10.406, de 10-1-2002). São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: Direito das sucessões. 3 ed. v. 7. São Paulo: Atlas. 2013.

## A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL RESUMO

PEREIRA Luani  
APARECIDA, Mayara

**Palavras-chave:** Empreendedor sustentável. Sustentabilidade. Meio ambiente. Modernidade.

Diversas são as transformações que vem ocorrendo na dimensão terrestre. Estas são visíveis que tudo isso cresce de forma exponencial. Porém, com as grandes tecnologias a expectativa de vida do ser humano aumenta, entretanto, a destruição da mesma anda de mãos dadas, pois mesmo com tanta tecnologia o poder de repor tudo que esta sendo retirando da natureza não esta sendo uniforme (AFONSO, 2006). Nos dias atuais muito se discute sobre a sustentabilidade, pois são feitos trabalhos e comissões mundiais sobre meio ambiente, tentando encontrar uma forma de minimizar as degradações que estão sendo cada vez mais constantes no mesmo. (LOURES, 2009). Porém, o homem moderno vem criando estratégias que possibilitem ter visões mais amplas para sanar tamanhos problemas, minimizando barreiras comerciais e culturais, renovando se a cada dia para inserção de novas relações de trabalho. (LOURES, 2009). Na tentativa de encontrar estratégias sustentáveis para amenizar tamanha devastação do homem moderno, surge os empreendedores que utilizam de diversificadas maneiras sustentáveis, para amenizar o atual cenário. (TRIGUEIRO, 2005). Diante disso é preciso mobilizar de forma racional com referencia a utilização dos recursos, estando cientes que isso e apenas o inicio de uma longa caminhada, pontuadas de incertezas e riscos altíssimos, ao quais não se devem esperar resultados rápidos (ARMANI, 2007). O empreendedor sustentável nada mais e que um mediador entre as diversas partes envolvidas no meio (ISAAC, 2002). Em virtude disso, percebe-se que empreendedorismo e sustentabilidade andam de lado a lado, pois se cria algo diferente, assumindo riscos diante do cenário econômico.

## REFERÊNCIA

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade:** Caminho ou Utopia? São Paulo: Annablume, 2006. 74p.

ARMANI, Domingos. **Mobilizar para transformar:** a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo: Peirópolis. 2008. 198pp. Disponível em:<  
<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/viewFile/139/153>> Acesso em 30 de mar 2014.

LOURES, Rodrigo. Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência. São Paulo. 2009.233p.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável:** abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo. 2005. 90p.

## MUDANÇAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS RESUMO

GONZAGA, Tallison Henrique Ferreira  
RIBEIRO, Dulce Rayane  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Desenvolvimento Sustentável. Contabilidade.

Este trabalho teve como objetivo demonstrar os meios de aplicações do Empreendedorismo, Desenvolvimento Sustentável e Contabilidade no meio rural, com a finalidade de proporcionar melhorias em assentamentos rurais, facilitando, assim, o trabalho do homem do campo. O Empreendedorismo é o ato de se transformar alguma atividade ou função em algum negócio rentável, onde o empreendedor possa utilizar seus recursos com a finalidade de obter lucros para o seu sustento e crescimento. Villa lobos (2000) cita que, a tendência atual de se organizarem atividades inovadoras nos projetos de assentamento, tais como a produção integrada, biossustentável, cooperativa agroindustrial etc. Por outro lado, o Desenvolvimento Sustentável trata-se de um plano de crescimento que está ligado às ações do homem com o meio ambiente, ou seja, procura propor ações que resolvam as questões socioambientais entre o crescimento econômico/industrial e a preservação do meio ambiente, encontros de cúpula como, o Relatório Brunttland e a Rio 92, buscam maneiras para a resolução desses problemas. Em relação aos assentamentos agrários, a o Desenvolvimento Sustentável tem como função melhorar o trabalho agrário de maneira que não prejudique o meio ambiente ou a sua produção, pois como cita Veiga (1996, p. 388) “atualmente, tanto a agricultura como a produção alimentar tendem a ser cada vez mais influenciadas por um conjunto de pressões que emanam de seu relacionamento com o meio ambiente”. Logo a Contabilidade tem a função de gestão da informação financeira e contábil, Ribeiro (2005) apud Colunista Portal Educação (2013) caracteriza a contabilidade como uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas, onde o seu principal objetivo é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações, ou seja, a contabilidade em assentamentos tem a mesma função da mesma que é trabalhada em empresas, pois assentamentos rurais podem ser caracterizados como pequenas empresas por serem as responsáveis pela maior parte da produção consumida no país, dessa maneira a contabilidade tem o papel de levar a informação adequada pra a sua melhor gestão de negócio. Desse modo nota-se que o Empreendedorismo, o Desenvolvimento Sustentável e a Contabilidade possuem papeis e funções de grande importância em assentamentos, logo são fundamentais para um bom trabalho de administração, produção e gestão de um negócio rentável.

### REFERÊNCIA

VEIGA, J.E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. 1996.

PORTAL EDUCAÇÃO. **O Conceito de Contabilidade**. 2013. Disponível em:  
<https://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/42993/o-conceito-de-contabilidade>  
Acesso em: 10 abr 2014.

VILLALOBOS, J. G. **Inovação agrícola, movimentos e reforma agrária no Paraná**: Brasil. Maringá: Universidade estadual de Maringá, 2000. 15p.

# PEDOLOGIA: PLANOSSOLO

## RESUMO

ARAUJO, Welison Marques  
FERNANDES, Lucas Bonfim  
MARTINS, Maykon da Costa  
PACHECO, Bruno Henrique Rodrigues  
PADUA, Alceu

**Palavras-chave:** pedologia. Solos. Planossolo.

Planossolo é um solo mineral que apresenta uma vigorosa perda de argila na parte superficial e grade concentração intensa de argila no horizonte subsuperficial, conferindo como características distintivas marcantes, com uma mudança textural abrupta conjugada com acentuada diferença de textura do horizonte A para o B. Essa desargilização é responsável pela textura arenosa ou média dos horizontes superficiais (A ou E). São, geralmente, pouco profundos e é definido por ter a presença do horizonte B plânico que é subjacente a qualquer tipo de horizonte A, podendo ter ou não o horizonte E álbico e podem apresentar também o horizonte cálcico, caráter carbonático, dubripã, propriedades sódica, caráter salino ou sálico. (EMBRAPA 2006). Este solo ocorre em áreas de relevo plano ou suave ondulado, em baixadas, várzea e depressões sob condições de clima úmido, não são exatamente solos hidromórficos. O potencial deste solo no uso agrícola é de acordo com o ambiente de ocorrência, principalmente com os relevos planos e suaves ondulados. As suas limitações ou restrições é de acordo com a sua permeabilidade se é lenta ou muito lenta que é normalmente adensado devido ao acúmulo de argila em sua subsuperfície que é um horizonte endurecido ou cimentado quando seco. A sua limitação ao uso à textura superficial arenosa implica no processo de retenção de umidade e na deficiência nutricional, já a presença elevada de sódio afeta o desenvolvimento da maioria das culturas. O manejo do planossolo requer cuidado com a drenagem, principalmente os hidromórficos, com a correção de acidez e de teores de alumínio. (EMBRAPA 2005-2011).

## REFERÊNCIAS

- SOUSA, Ana Valéria de et al. **Árvore do Conhecimento/Bioma Caatinga: Planossolo**. Petrolina, 2005-2011. Disponível em:  
[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma\\_caatinga/arvore/CONT000g5twggzh02wx5ok01edq5s189t6ux.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g5twggzh02wx5ok01edq5s189t6ux.html). Acesso em: 05 de maio de 2014.
- CLEMENTE, Eliane de Paula; SANTOS, Humberto Gonçalves dos; ZARONI, Maria José. **Árvore do conhecimento/Solos Tropicais: Planossolo**. Rio de Janeiro, 2005-2011.

## **OSTEOPOROSE RESUMO**

MARRA, Ana Cristina  
BRAGA, Jakeline Rocha  
SILVEIRA, Renata Lúcio

**Palavras-chave:** Idoso. Osteoporose. Doença.

A osteoporose (OP) é uma doença caracterizada pela alteração da qualidade óssea e por sua baixa massa, podendo levar ao desenvolvimento de fraturas traumáticas em homens e mulheres. (CAMPION, 2003, apud FREITAS, 2011). Tais fraturas afetam qualquer parte do esqueleto, exceto o crânio e ocorrem mais frequentemente na porção distal do antebraço, vértebras torácicas e lombares e no fêmur proximal. A OP acomete principalmente pessoas idosas, tanto homens quanto mulheres geralmente após a menopausa. A prevalência varia segundo os fatores sobre a massa óssea e a facilidade em se realizar o diagnóstico, porém, com incidência de 50% para mulheres na oitava década e 20% para os homens na mesma idade, sendo que a morbidade após fraturas osteoporóticas parece ser mais séria, e a mortalidade mais comum em homens do que em mulheres. (De LAET, 2000 apud FREITAS, 2011). A detecção dos fatores de risco pode ser dividida em cinco categorias: idade ou relativo à idade, genética; ambiente; doenças crônicas ou hormonais, características físicas do osso e ocorrência de uma primeira fratura, sendo esse o principal objetivo clínico. Geralmente a OP é assintomática. Os pacientes só tomam conhecimento da doença quando ocorre uma fratura ou o médico observa aumento da radio transparência em exames radiológicos ou quando é realizada a Densitometria óssea (DO). O exame físico e a anamnese completos são essenciais e devem ser realizados nos indivíduos com suspeita da doença, na tentativa de buscar-se uma classificação etiológica. São solicitados ao paciente exames laboratoriais visando estabelecer a presença de fatores secundários determinantes de perda de massa óssea, mesmo na ausência de sinais e sintomas clínicos. O Consenso sobre Osteoporose da Sociedade Americana de Endocrinologia prevê a seguinte seleção de exames: hemograma, VHS, cálcio sérico, fósforo sérico, proteína total, albumina, enzimas hepáticas, creatinina, eletrólitos, glicemia de jejum, dosagem de cálcio na urina de 24 hs e atualmente a dosagem de vitamina D sérica também está sendo incorporada a esse arsenal diagnóstico devido à grande prevalência de deficiência na população. (NOF, 2008 apud FREITAS, 2011). A prevenção da OP apoia-se em um tripé: Nutrição adequada; bons hábitos de vida, incluindo exercícios físicos, evitando o alcoolismo e o tabagismo e controle do ambiente para prevenção de quedas. A suplementação de cálcio e vitamina D faz parte de praticamente todos os esquemas terapêuticos. Para os grupos de risco, precisa-se fazer o diagnóstico precoce, para que se possa contar com o grande arsenal terapêutico e pesquisar cada vez mais apuradas, permitindo assim tratar essa doença.

### **REFERÊNCIA**

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

**HIGIENE E SAÚDE DOS OLHOS NAS AULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE UNAI-MG  
PROJETO DE PESQUISA**

OLIVEIRA, Leticia  
SANTOS, Tânia  
LULHI, Jainny D.N.N

**Palavras-chave:** Higiene bucal. Unai. Ensino Fundamental.

Tratar assuntos que envolvem a higiene e saúde, segundo Costa e Torres (2010) tem sido um desafio muito grande nas escolas, pois estes devem envolver atividades interdisciplinares que normalmente não são oferecidas, logo o trabalho de promoção de bons hábitos de saúde com os estudantes deve envolver não só professores e alunos, mas toda comunidade escolar com vistas à promoção de comportamentos adequados para melhoria da higiene e saúde dos olhos a para assim garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos que serão preservados ao longo da vida. Considerando a importância do assunto questiona-se: quais ações devem ser oferecidas pelos professores aos alunos de forma a garantir aos alunos uma aprendizagem efetiva sobre bons hábitos de higiene e saúde dos olhos? Este estudo terá como objetivo descrever as ações sobre higiene e saúde dos olhos desenvolvidos por professores do ensino fundamental (5º ao 9º ano - séries finais) em escolas do município de Unai-Mg. Compreende-se que a responsabilidade de bons hábitos de higiene e saúde não cabe somente aos pais, mas sim aos professores e toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2009). O estudo que se pretende realizar pode ser considerado como pesquisa de observação direta, pois segundo as autoras em investigações científicas com essas características são empregadas várias modalidades de observação que variam de acordo com as circunstâncias. Logo, este será um estudo de campo do tipo descritivo, pois buscará relatar algumas situações da rotina dos escolares e as respectivas ações de intervenção e orientação dos professores durante os intervalos de suas aulas. De forma que a população será constituída de instituições educacionais e suas respectivas comunidades escolares cuja amostra compreenderá de escolas da rede pública e privada de ensino regular da cidade de Unai-Mg. Será analisada a correlação entre as ações de orientação higiênica oferecidas pelos professores inferindo se essas são suficientes para formação de hábitos que promovam bons hábitos de saúde dos olhos dos alunos em fase escolar. Assim, tal estudo é justificado devido à relevância do tema numa perspectiva de abordagem educativa que deve estar presente em todas as ações do futuro professor para promoção da saúde por meio de ações preventivas de higiene facilitando a incorporação de idéias e práticas corretas que passem a fazer parte do cotidiano de seus alunos de forma a atender suas necessidades.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, **Secretaria de Atenção à Saúde**, Departamento de Atenção Básica. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. 96 p.

COSTA, Larissa e TORRES, Vanessa. **Higiene e meio ambiente:** água, esgoto e lixo. In: Noções de Higiene e Socorros de Urgência em Educação Física I/ Larissa Costa e Vanessa Torres. 133p. Apostila (Curso de Licenciatura em Educação Física - Educação a Distância). UNIDADE IV. Ponta Grossa, RS: UEPG/NUTEAD, 2010.

## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: VISÃO DOS MEMBROS PARTICIPANTES COLETA DE DADOS

MOTA, Daniela Medeiro  
AXHCAR, Vanessa M. Moreira  
MOTA, Luciene Lourenço

**Palavras-chave:** Conselho municipal de saúde. Visão. Membros.

A atuação da sociedade na gestão das políticas públicas de saúde torna-se necessária para que o sistema seja mais democrático, com integração proporcional dos usuários em relação aos gestores, prestadores de serviços e profissionais. Este estudo vinculado à disciplina de Saúde Pública objetivou conhecer a visão de membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Unaí sobre a prática de controle social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa apoiada na revisão literária, realizada em Unaí-Mg, em dezembro de 2013, com 02 representantes dos usuários inseridos no CMS. Utilizou-se uma entrevista semi-estrutura como método de coleta de dados. Como parte do objetivo do estudo, buscou-se conhecer a visão do conselheiro sobre o trabalho realizado pelo CMS, exemplificado na fala a seguir: **Entrevistado 1:** “Um órgão que comanda, executa e dá legalidade ao convênio do município com o SUS”. É importante que os membros do CMS tenham consciência sobre o papel a ser exercido pelo CMS a fim de cumprirem a proposta de controle social. Sobre a atuação do CMS no Município, os entrevistados discorreram que o Conselho atua: **Entrevistado 2:** “O CMS é bastante atuante quando está reunido no sentido de mostrar aos órgãos da administração local pública o que deve ser feito e o que deve ser evitado”. Outro aspecto abordado foi como o CMS poderia contribuir para a melhoria dos serviços de saúde no município, demonstrado nos relatos a seguir: **Entrevistado 1:** “Através da participação e atuação direta nas unidades de saúde”. **Entrevistado 2:** “Respondendo com a presença em todas as reuniões e participando de maneira ativa com a sua opinião, além de participar nas pautas e assuntos a ser discutidos, questionar e responder no coro para dar aprovação na questões”. De forma a garantir o cumprimento da lei, o CMS atua com atribuições como a formulação de estratégias para elaboração de planos de saúde e o controle das políticas públicas. Através destes exercem a fiscalização e controle dos recursos destinados a área de saúde no município. (NASCIMENTO, 2001). É importante que a população do município se interesse em participar ativamente do controle social em saúde, a fim de defender e garantir os interesses e direitos dos usuários. Foi possível compreender a percepção dos membros do CMS que levantaram tal questão. O controle social pode proporcionar melhorias viabilizadas a partir da fiscalização da atuação eficaz do CMS. Sugere-se melhor divulgação do trabalho realizado pelo CMS.

### REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Rev Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, SP. vol.11, no. 3, maio/junho 2003. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rlav/v11n3/16549.pdf>> Acesso em: 04 dez 2013.
- NASCIMENTO, Álvaro. **Conselho de Saúde e Controle Social**. Súmula. Rio de Janeiro. Julho/2001. Disponível em:  
<<http://jararaca.ufsm.br/websites/saudesm/download/TextosInteressantes/Sumula81.pdf>>. Acesso em: 04 dez 2013.

## PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NOS ASSENTAMENTOS RESUMO

PEREIRA, Robismar  
VALADARES, Guilherme  
SANTOS, Lidiane Campos

**Palavras-chave:** Contabilidade. Sustentável. Empreender. Rural.

Esse trabalho apresenta o conceito de Empreendedorismo, Sustentabilidade e Contabilidade e como estes influenciam nos assentamentos rurais. Para Schumpeter (1934) apud Agostini; Angonese; Bogoni (2002, p. 93) empreendedor é “o homem que realiza coisas novas e não, necessariamente, aquele que inventa”. Assim, a possibilidade de desenvolvimento rural está ligada diretamente a capacidade de empreender, por meio da assimilação do empreendedorismo, incorporando inovações ao campo onde se tem práticas de extensão rural voltadas para o empreendedorismo e comercialização que se tem mostrado uma importante ferramenta na modificação de hábitos rurais positivamente, a promoção dessas técnicas acabam auxiliando o aumento de qualidade de vida das comunidades que dependem da terra para sobrevivência. (NOGUEIRA *et al*, 2013). Sustentabilidade significa sobrevivência, entendida como a perenidade dos empreendimentos humanos e do planeta. Por isso, o desenvolvimento sustentável implica planejar e executar ações, sejam elas de governos ou de empresas, sejam elas locais, nacionais ou globais, levando em conta, simultaneamente, as dimensões econômica, ambiental e social. De acordo com o I Congresso Brasileiro de Contabilistas, de 1924, a contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica. (BUGARIM *et al*, 2008). Assim, tem-se a contabilidade rural que é um instrumento fundamental para o controle financeiro e econômico para propriedades rurais; pode-se também afirmar que a utilização da contabilidade contribui, em vários aspectos, com o ambiente onde a entidade esteja inserida. (GOMES, 2002). Conclui-se que para ter um desenvolvimento as disciplinas apresentadas devem estar interligadas dentro dos assentamentos, pois se bem executadas e seguidas de uma boa orientação os pequenos produtores dos assentamentos terão assim uma forma de sustento e melhor qualidade de vida para sua família gerando um crescimento econômico dentro dos assentamentos.

### REFERÊNCIA

- AGOSTINI, Júlio César; ANGONESE, Rosângela M.; BOGONI, Roseli T. **Empreendedorismo**. 2002. Disponível em: <<http://www.sbdg.org.br/admin/cadernos/Empreendedorismo.PDF>>. Acesso em: 06 abr. 2014
- BUGARIM, Maria Clara Cavalcante *et al*. **Historia dos Congressos Brasileiros de Contabilidade**. 2008. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/hist\\_congressos\\_p.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/hist_congressos_p.pdf)>. Acesso em: 08 abr.2014
- GOMES, Aguinaldo Rocha. **Contabilidade rural & agricultura familiar**. Rondonópolis: A. R. Gomes, 2002.
- NOGUEIRA, Flávia Cristina Solidade *et al*. **A Importância da Extensão Empreendedora e Comercial em Assentamentos Rurais no Município de Rosário Oeste – Rosário do Oeste, MT**. 2013.

## O IMPACTO AMBIENTAL DOS BARRAMENTOS PARA A POPULAÇÃO RESUMO

FARIA, Marcos Antônio da Silva  
CARNEIRO, Gabriel Candido  
MAIA, Lilian Rodrigues

**Palavras-chave:** Barragem. Impacto ambiental. População.

Os barramentos são construídos para fins comerciais ou ambientais visando o lucro ou o bem para sociedade de uma forma sustentável. A construção destes barramentos pode causar impactos ambientais severos se não for realizado de forma correta, através de acompanhamento de um técnico especializado, um projeto bem feito com cálculos de vertedores corretos para escoamento da água, mantendo o curso do rio e evitando transtornos com o rompimento do barramento, o que causaria um grande impacto ambiental através de assoreamento de rios, destruição da fauna e flora da região e destruição de cidades. Os barramentos podem trazer grandes benefícios para economia da população local através do turismo, de sua utilização para piscicultura, esportes aquático-náuticos. Alguns barramentos são utilizados para transportes fluviais, balsas para deslocação da população e transporte de produtos de uma cidade para outra e para produção de energia elétrica. Este último é conhecido como hidroelétrica, e pode causar uma grande mudança ambiental na região de sua construção devido abranger uma grande área de represamento, que pode vir a destruir a fauna e flora, atingir cidades que perdem toda sua cultura histórica e também acarretar em mudança da população rural e urbana para outra região por conta da área de alagamento. Nas regiões semi-áridas do Brasil a sua utilização na agricultura é feita por dutos de canais onde é controlado o fluxo da água para que os produtores possam utilizá-la nas lavouras, aumentando a sua produção e dando oportunidade da região produzir e se destacar no mercado. Sem a construção dos barramentos seria pouco provável a produção no semi-árido pela a falta de água e clima favorável. Com isso podemos dizer que se não forem construídos corretamente, os barramentos podem causar danos a população e ao meio ambiente através de inundações de cidades, destruição da natureza e assoreamento dos rios. Portanto, a sua correta utilização traz vários benefícios comerciais e ambientais à população através de mudanças de cultura e economia de uma determinada região. Para evitar danos deve-se considerar o atendimento sustentável das demandas hídricas, o engajamento da sociedade e das instituições e as metas sociais e ambientais, evitando prejuízos para a sociedade e para o meio ambiente.

### REFERÊNCIA

GARCIA, Luís Antônio Villaça; ANDREAZZA, Aída Maria Pereira Estabelecimento de Vazões Ambientais e fluentes de Barragens Sugestão Metodológica. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. Jun, 2004.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Manual de outorga**. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/imagens/stories/outorga/manual/manual-de-outorga.pdf>>. Acesso em: 22 abr 2014.

## ESQUIZOFRENIA RESUMO

MELGAÇO, Adélio  
REIS, Luciene  
MOTA, Luciene L

**Palavras-chave:** Esquizofrenia. Saúde. Familiares.

O transtorno esquizofrênico é caracterizado pela desorganização de vários processos mentais, originando a psicose, ou seja, a perda do juízo, onde não consegue distinguir a realidade da fantasia. A doença afeta cerca de 1% da população mundial, principalmente adultos jovens. O estudo teve como objetivo geral conhecer a percepção dos familiares de portadores de Esquizofrenia cadastrados no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Unai em relação aos procedimentos recebidos. O CAPS oferece serviço de atenção psicossocial às pessoas com transtorno mental, visando à reabilitação das mesmas e reinserção na família e sociedade. Os sintomas da Esquizofrenia são classificados como positivos e negativos, incluindo fala desorganizada, delírios, alucinações, incoerência verbal, comportamento desorganizado, apatia, embotamento afetivo, mutismo, entre outros. A história da psiquiatria no Ocidente aponta que os doentes mentais foram tratados de diferentes formas, de acordo com a época, local e crenças, mas a internação em manicômios era uma prática comum. Com a redemocratização brasileira na década de 80 e a Reforma Psiquiátrica, a pessoa com Esquizofrenia deixou de ser tratada como louco e passou a ser tratada como cidadão. A Constituição Brasileira, em 1988, definiu a obrigação do Estado em garantir acesso universal e serviços de promoção, proteção e recuperação dos indivíduos. A pesquisa descreve um estudo de caso, qualitativo, realizado com dez familiares de portadores de Esquizofrenia atendidos no CAPS de Unai, em fevereiro de 2012. Os dados obtidos permitiram identificar que os familiares estavam parcialmente satisfeitos quanto aos serviços oferecidos pelo CAPS de Unai, demonstrando que a prestação do atendimento médico ainda não era totalmente satisfatória. Outro ponto apresentado é que nem todos os usuários aceitavam e participavam das atividades propostas no CAPS, sendo neste caso, importante verificar a adequação das atividades terapêuticas com as necessidades e habilidades individuais de cada indivíduo atendido no CAPS. Os resultados também apontaram que a adesão ao tratamento oferecido e a participação ativa do portador de Esquizofrenia nas atividades do CAPS, além da integração da família com os serviços de referência precisam ainda ser mais estimulados. O artigo permitiu compreender que a doença esquizofrênica é vista pela família do portador como algo muito constrangedor que afeta o ambiente familiar. Um ponto importante apresentado é que CAPS de Unai ainda não está totalmente adequado à realidade local, com críticas relacionadas à disponibilidade médica em tempo hábil e a diversidade nas oficinas terapêuticas.

## REFERÊNCIA

MOTA, Luciene Lourenço; LISBOA, Maria Vitória Cardoso. **Percepção dos familiares de portadores de Esquizofrenia cadastrados no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Unai/MG sobre os atendimentos recebidos.** Revista FACTU Ciência, Unai, v. 23, p. 18-35, jul/dez. 2012.

## **O AGENTE COMUNITÁRIO EM SAÚDE E SEU TRABALHO COLETA DE DADOS**

NUNES, Lorena Aparecida Pereira  
VIANA, Eva Virgínia Borges  
MOTA, Luciene Lourenço

**Palavras-chave:** Agente comunitário. População. Trabalho.

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) desenvolve um trabalho complexo, caracterizado pela dimensão educativa e marcado por uma formação profissional limitada e diversa. Este estudo, desenvolvido na disciplina de Saúde Pública, teve como objetivo conhecer a visão da população sobre o trabalho realizado pelo ACS. O ACS tem se estabelecido como segmento essencial do trabalho em saúde, representando um novo ator no cenário da assistência. Por vivenciar os problemas e morar na comunidade em que trabalha, o ACS torna-se elo de interlocução entre a equipe de saúde e o usuário, na produção do cuidado. (BEZERRA, 2005). Trata-se de uma análise quantitativa apoiada na pesquisa literária. A coleta de dados ocorreu no bairro Novo Horizonte, em Unaí-Mg, em novembro de 2013. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente. A análise dos resultados ocorreu a partir da consolidação dos mesmos em gráficos. Quanto à relação de proximidade e identificação do ACS percebeu-se que a maioria dos entrevistados consegue identificá-lo, porém 20% dos participantes afirmaram não conhecê-lo, demonstrando que o trabalho do ACS precisa de melhor divulgação. Relatam Oliveira, Nachif e Matheus (2003) que a atuação do ACS é importante ao serviço de saúde, pois sua presença junto à população intensifica o vínculo com o sistema de saúde. Constatou-se que 40% dos entrevistados estão satisfeitos com o atendimento realizado pelo ACS, todavia como ocorrem algumas falhas no atendimento, 60% dos entrevistados mostraram-se de algum modo insatisfeitos. O estudo também investigou a contribuição do ACS na solução dos problemas de saúde das famílias atendidas destacando que somente 20% dos entrevistados acreditam que o trabalho do ACS contribui eficazmente na resolução dos problemas de saúde. Segundo Ursine, Trelha e Nunes (2010) a inclusão dos ACS vem conseguindo destaque pelo papel desempenhado na Equipe de Saúde da Família. Porém, esta mesma equipe deve apoiar e supervisionar o trabalho do ACS, visando melhor qualidade do serviço prestado à comunidade. Concluiu-se que a população investigada não se mostrou totalmente satisfeita quanto à prática profissional do ACS, apontando inclusive falhas em sua atuação. Para realizar seu trabalho, o ACS deve ter conhecimento das necessidades da população adstrita, consciente ainda dos seus limites e cumprindo suas obrigações. Sugere-se um trabalho de conscientização junto à população que promova maior proximidade e fortaleça o elo entre o Agente e a comunidade.

### **REFERÊNCIAS**

- BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; SANTO, Antônio Carlos Gomes do Espírito; FILHO, Malaquias Batista. **Concepções e práticas do agente comunitário na atenção à saúde do idoso.** Rev. Saúde Pública vol. 39 n. 5 São Paulo, Out. 2005.
- URSINE, Bárbara Lyrio; TRELHA, Celita Salmaso; NUNES, Elisabete de Fátima Polo Almeida. **O Agente Comunitário de Saúde na Estratégia de Saúde da Família: uma investigação das condições de trabalho e da qualidade de vida.** Ver. Bras. Saúde ocup. Vol. 35 n. 122 São Paulo Julh/Dec. 2010.
- OLIVEIRA, Raquel Gusmão; NACHIF, Maria Cristina Abrão; MATHEUS, Marina Lopes Fontana. **O trabalho do agente comunitário de saúde na percepção da comunidade de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul.** V.25 N.1 Maringá, 2003.

## **BASE PARA O PLANEJAMENTO DOS ASSENTADOS RESUMO**

ALVIM, Demerson  
ALBINO, Tiago  
SANTOS, Lidianie Campos

**Palavras-chave:** Empreender. Contabilizar. Sustentabilizar.

Este trabalho tem o objetivo mostrar algumas finalidades que os assentados precisam para ter uma boa renda, e um bom desenvolvimento na área agrícola. Para Dornelas (2001) o empreendedorismo é muito apresentado no Brasil, principalmente após o fim dos anos 90, tendo como prévia demonstração de interesse pelo empreendedorismo. As principais características empreendedoras são motivações singulares, paixão pelo trabalho e necessidade de deixar um legado para os outros. No que mostra Iudícibus, Marion (1999), a contabilidade tem como objetivo levar e mostrar informação estruturada de natureza econômica, financeira, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade, atuando em várias áreas, o que representa ser uma das suas principais características. De acordo com David Alves (2010), sustentabilidade seria como um grande investimento para que a humanidade tenha um tempo a mais de existência, o termo sustentabilidade teve o seu surgimento bem no final dos anos 80. A sustentabilidade tem por característica um planejamento e conseqüentemente uma execução, seja ela social, economia e ambiental. Conclui-se que para os assentados terem um bom planejamento, com bom retorno e uma boa renda, deverão ter motivação singular e uma grande paixão pelo seu trabalho, além de informação e economia financeira, é por fim terão que fazer suas atividades econômicas com muita consciência, utilizando para tanto o empreendedorismo, a sustentabilidade e a contabilidade.

### **REFERÊNCIA**

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando idéias em negócios**. 3. ed. São Paulo: s/e, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

# FILOSOFIA CLÁSSICA: SÓ SEI QUE NADA SEI

## ENSAIO

UEVERTON, Pedro  
LIMA, Breno  
THIAGO, Cleber  
ROCHA, Adelmo  
OLIVEIRA, Amires  
NEVES, Dêner

**Palavras-Chave:** Filosofia. Pré-socráticos.

Filosofar é perguntar, duvidar e acima de tudo espantar-se com a possibilidade de pensar de novo as mesmas coisas que antes nos pareciam triviais e até mesmo resolvidas. Assim Sócrates abriu a filosofia. Devemos ter em mente que a filosofia ou qualquer pensamento racional surgido na Grécia partiu como antítese a mitologia. A Grécia antiga estava mergulhada em mitos, isso é em explicações primitivas sobre o mundo. Assim sendo, criavam-se deuses para explicar tudo que envolve a vida, o cotidiano. Isso significa que os gregos criaram explicações para a sexualidade, para a chuva e sol, origem do mundo, e tudo que envolve o homem. A filosofia surgiu para desafiar essas especulações do que vem a ser a natureza, em uma luta inacabada, pois as explicações mágicas e espetaculares ainda constituem o principal recurso humano para explicar os mais diversos fenômenos, sobretudo, em razão da não aceitação humana (desde o mais ordinário deles) do desconhecido. Os primeiros gregos que filosofaram foram os chamados Pré-socráticos. Tempos depois o filósofo Sócrates inaugura outro tempo na filosofia grega, a saber, o período conhecido como Socrático, que engloba principalmente além de Sócrates, seu discípulo Platão e Aristóteles. No período clássico, a filosofia vinculou-se a um momento histórico privilegiado - o da Grécia clássica. Nesse período, que compreende os séculos 5 a.C. e 4 a.C., a civilização grega conheceu seu apogeu, com o esplendor da cidade de Atenas. Essa cidade-estado dominou a Grécia com seu poderio militar e econômico. Adotando a democracia (ainda limitada) como sistema político, Atenas assistiu a um florescimento admirável das ciências e das artes. No final do século 5 a.C. o interesse primordial dos filósofos desviou-se do mundo natural para a compreensão do homem, do seu comportamento e de sua moral. O pensar desta primeira geração de pensadores reunidos em solo grego criou as bases epistemológicas das principais instituições sociais da atualidade, e muito em particular: **O Direito** e sua logicidade **socrática**; o estado e a república **platônica**; a visão de valores, virtude, ética e justiça **aristotélica**.

## REFERÊNCIAS

SCIACCA, Michele Frederico. **História da Filosofia**: Antigüidade e Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

SUPERINTERESSANTE. **Guia da Filosofia**. São Paulo: Abril, 2013. 65p.: Il color.; 27 cm.

## FILOSOFIA MEDIEVAL ENSAIO

VINICIUS, Anderson  
GONÇALVES, Daniel  
HENRIQUE, Jose  
RODRIGUES, Masinho  
COSTA, Núbia  
COSTA, Samuel  
NEVES, Dêner

**Palavras-Chave:** Filosofia medieval. Teologia.

A Filosofia medieval teve como destaque o esforço de algumas personalidades filosóficas em trazer de volta o pensamento grego, já bem enfraquecido após o falecimento de Alexandre O Grande, que teve como mentor Aristóteles, mestre da Filosofia. Dentre estas personalidades destacaram-se Santo Agostinho que foi precursor em fundir a doutrina cristã a abordagens da Grécia clássica. Esse esforço de unir a religião ao pensamento crítico foi a principal tarefa da escolástica, corrente que nasceu nos monastérios e buscava uma justificação racional para a crença em Deus. Destacam-se também os esforços dos pensadores árabes e persas como Al-Farabi, Averróis e Avicena que mesclaram as ideias de Aristóteles e Platão, estes que estavam à mercê da história e já quase esquecidos na Europa Medieval, pois a Igreja Católica havia mandando destruir a maior parte das cópias de suas obras na tentativa de evitar que o homem medievo pudesse ter acesso ao conhecimento produzido sobre o homem e os deuses produzido por outras culturas. Em particular na Europa a reflexão sobre o homem ganha um caráter teocêntrico, em que Deus é considerado o ser de onde e para onde tudo converge. Destaca-se uma forte dicotomia entre corpo e alma, a redução da superioridade humana à alma e a submissão do poder da razão à fé. À linguagem religiosa do mito está nas origens da filosofia, e a crítica das representações religiosas é um dos pontos mais antigos na tradição filosófica ocidental, o que leva ainda hoje muitos pensadores a questionar se os autores mais importantes desse período faziam **filosofia** ou apenas proselitismo **teológico**? Pois se quisermos compreendê-la em sua manifestação européia podemos recorrer às palavras de Santo Agostinho: *intellige ut credas, crede ut intelligas* (saber para crer, crer para poder saber), pressuposto esse que desafia a própria essência da filosofia.

### REFERÊNCIAS

- SCIACCA, Michele Frederico. **História da Filosofia**: Antigüidade e Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- SUPERINTERESSANTE. **Guia da Filosofia**. São Paulo: Abril, 2013. 65p.: Il color.; 27 cm.

# OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS: RENASCIMENTO FILOSÓFICO

## ENSAIO

MORETE, Izadora  
MARTINS, Nayara  
OLIVEIRA, Joanne  
PIRES, Luis Daniel  
VARGAS, Geovanna  
NEVES, Dêner

**Palavras-Chave:** Filosofia. Renascimento. Homem. Sociedade.

Depois de uma Idade Média essencialmente religiosa e pueril, surge um movimento que coloca o homem de volta ao centro das preocupações. Nasce a filosofia de perfil humanista, inaugurada por Dante e Maquiavel, que tece críticas à Igreja e ao idealismo da filosofia grega. As grandes transformações culturais, econômicas e sociais dos séculos XV e XVI afetaram também a filosofia. O resultado foi a ruptura dos vínculos com a teologia e um crescente processo de secularização da filosofia. Entre muitos dos novos intelectuais, o interesse primordial já não era pelos temas sacros (*divinae litterae*, "letras divinas") e sim pela literatura secular (*humanae litterae*), daí seu nome de "**humanistas**". As preocupações dos filósofos renascentistas, que seriam desenvolvidas nos séculos posteriores, giraram em torno de três grandes temas: **o homem, a sociedade e a natureza**. Se os filósofos medievais haviam concebido a natureza como um todo orgânico, hierarquizado segundo uma ordem estabelecida por Deus, os renascentistas conceberam-na como uma pluralidade regida pelas leis da mecânica e presidida pela ordem matemática. Seu método consistia numa fusão da experiência com a matemática, ora enfatizando esta (Galileu), ora aquela (Bacon). A atitude científica do Renascimento se manifestou sobretudo nas obras de Nicolau Copérnico e de Galileu Galilei, e encontrou seu apogeu na figura de Isaac Newton, que publicou em 1687 sua fundamental *Philosophiae naturalis, principia mathematica* (Princípios matemáticos da filosofia natural). As obras filosóficas mais famosas do período, no entanto, são hoje mais conhecidas pelo poder literário do que pelas idéias, embora a produção neste período fosse essencial pela faxina que realizou na muito limitada filosofia medieval, e entre muitos extraordinários autores destacam-se ainda: Francis Bacon (1561-1626); René Descartes (1596- 1650); Giordano Bruno (1548- 1600); Galileu Galilei (1564- 1642); Hugo Grotius (1583- 1645); Copernicus (1473- 1543) e Francesco Petrarca (1304- 1374). Os renascentistas beberam da mesma fonte dos medievais, na filosofia grega. Platão e Aristóteles – sempre eles – foram a inspiração dos ideais antropocentristas. *O Elogio à loucura*, de Erasmo de Roterdã, por exemplo, é considerado uma das sátiras mais brilhantes da literatura mundial, que trás a mesma característica das obras mais famosas desse período filosófico: **o ceticismo e pessimismo**. Para Maquiavel e Montaigne, por exemplo, não havia muita saída para a corrupção na política – uma interpretação bastante atual.

## REFERÊNCIAS

- SCIACCA, Michele Frederico. **História da Filosofia**: Antigüidade e Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- SUPERINTERESSANTE. **Guia da Filosofia**. São Paulo: Abril, 2013. 65p.: Il color.; 27 cm.

# FILOSOFIA POLÍTICA ILUMINISTA E O NEOCOLONISMO BURGUEÊS

## ENSAIO

ALVES, Leandro  
CESAR, Júlio  
RAPHENA, Taissa  
OLIVEIRA, Taisa  
COSTA, Ronai  
NEVES, Dêner

**Palavras-Chave:** Filosofia iluminista. Burguesia. Política.

O Anticlericanismo, o racionalismo e a discussão acerca do que era liberdade foram as características mais marcantes do movimento filosófico conhecido como Iluminismo. Seus principais expoentes combatiam o Antigo Regime (Absolutismo e Mercantilismo), e pregavam a liberdade econômica, a liberdade política e a igualdade jurídica. Seus ideais conquistaram principalmente a burguesia e influenciaram importantes acontecimentos como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, e no Brasil, a Inconfidência Mineira e a Conjuração dos Alfaiates. Os filósofos iluministas foram influenciados pelo renascimento, pois os pensadores renascentistas valorizavam a razão, a experimentação, observação e a investigação na produção do conhecimento. Assim baseado nas concepções de René Descartes, ou nas descobertas do físico Isaac Newton, os iluministas negavam que a natureza era regida por Deus. Para eles, as forças da natureza eram regidas por leis físicas. Os iluministas valorizavam as ciências e combatiam o fanatismo e as crenças religiosas. No liberalismo político, destacaram-se: Voltaire, Montesquieu e Rousseau, e suas importantes obras que discorriam fartamente sobre ignorância; o fanatismo religioso; a organização do estado e a necessidade da tripartição dos poderes; a igualdade dos indivíduos e a origem das desigualdades sociais. Os iluministas condenavam a intervenção do Estado na economia. Pregavam a liberdade econômica e a formação de um mercado livre. Para os iluministas a intervenção do Estado na economia limitava o desenvolvimento das atividades econômicas. Os primeiros economistas a adotar essas idéias foram os fisiocratas (governo da natureza). Dentre os principais fisiocratas podemos destacar Quesnay e Gournay (*laissez faire, laissez passer*: deixai fazer, deixai passar.). Outro economista que foi fortemente influenciado pelas idéias iluministas foi Adam Smith, que escreveu “A Riqueza das Nações”. Nessa obra, Smith defendeu que o trabalho era à base de toda a riqueza. O economista ainda era favorável ao trabalho livre, assalariado e contrário ao protecionismo, ao sistema colonial e a excessiva intervenção do Estado na economia. Suas idéias constituíram as bases do liberalismo e do neocolonialismo que mais tarde impõem ao mundo uma nova forma de exploração, tão severa e cruel como a primeira, porém agora sobre os auspícios burgueses.

## REFERÊNCIA

SCIACCA, Michele Frederico. **História da Filosofia**: Antigüidade e Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

SUPERINTERESSANTE. **Guia da Filosofia**. São Paulo: Abril, 2013. 65p.: Il color.; 27 cm.

# A FILOSOFIA PERDE O TRONO: FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

## ENSAIO

SOUTO, Eunice  
SIQUEIRA, Cristiane  
TELES, Eduardo  
CARNEIRO, Maria Aparecida  
FELIPE, Sérgio  
NEVES, Dêner

**Palavras-Chave:** Filosofia. Atualidade. Método.

A Idade Contemporânea é um tempo histórico em aberto. Compreendendo o final do século XVIII até os dias atuais, a contemporaneidade atrai o interesse de muitas pessoas em razão da emergência e do apelo que as questões históricas e filosóficas observadas nesse período trazem à tona. O desenvolvimento do capitalismo e a ascensão dos valores de um mundo em “progresso ininterrupto” figuram importantes fatos e correntes de pensamento do século XIX. A partir do começo do século XX teve início uma reflexão radical sobre a natureza da filosofia, sobre a determinação de seus métodos e objetivos. No que diz respeito ao método, destacaram-se as novas reflexões sobre a epistemologia ou ciência do conhecimento -- surgidas a partir do estudo analítico da linguagem -- e o impulso dado à filosofia da ciência. As preocupações fundamentais do pensamento filosófico foram as concernentes ao homem e sua relação com o mundo que o cerca. Dentro da chamada filosofia analítica, o empirismo lógico do Círculo de Viena foi uma das correntes filosóficas que mais ressaltaram ser a filosofia como um método de conhecimento. Para essa corrente, o objeto da filosofia não é a proposição de um sistema universal e coerente que permita explicar o mundo, mas sim o esclarecimento da linguagem das proposições lógicas ou científicas. A fenomenologia de Edmund Husserl propôs uma análise descritiva que permitisse chegar à evidência da “própria coisa”, não como existente, mas como pura essência. No que diz respeito às inquietações e propostas da moderna filosofia, cumpre citar o instrumentalismo de John Dewey, que estabeleceu como orientação da filosofia e como critério da verdade a utilidade de uma idéia face às necessidades humanas e sociais; o existencialismo, que antepôs, na sua reflexão filosófica, a própria existência do homem a qualquer outra realidade; ou o estruturalismo, que postulou, no estudo de qualquer realidade, que ela devia ser considerada nas suas inter-relações com o todo de que faz parte. Numerosos filósofos integraram em seu pensamento elementos pertencentes a escolas filosóficas diferentes. Sartre, por exemplo, foi existencialista e marxista, e os pensadores da chamada escola de Frankfurt ensaiaram uma síntese de marxismo e psicanálise. Tanto o marxismo, que com sua pretensão de constituir um instrumento transformador da sociedade, ultrapassou a simples classificação de escola filosófica, quanto à psicanálise, que, ao contrário, somente pretendeu em princípio ser uma teoria e uma terapia psicológicas, exerceram influência poderosa no pensamento filosófico contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- SCIACCA, Michele Frederico. **História da Filosofia**: Antigüidade e Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- SUPERINTERESSANTE. **Guia da Filosofia**. São Paulo: Abril, 2013. 65p.: Il color.; 27 cm.

## MODALIDADES DE CONDUTA: A CONDUTA JURÍDICA

### RESUMO

CARVALHO, Marden  
NEVES, Dêner

Tanto o Direito como a Moral são bilaterais, porquanto são sempre fatos sociais que implicam a presença de dois ou mais indivíduos. Colocamos sempre um sujeito perante outro sujeito, para mostrar que, tanto na conduta religiosa, como na jurídica e nas demais, há de certa forma “relação de homem para homem”. Segundo o prisma valorativo ou deontológico é que podemos falar em unilateralidade ou bilateralidade. Já os costumes sociais, como indivíduo encontra na sociedade, devemos dizer que, axiologicamente, respectivas regras são bilaterais, bastando lembrar a gama de motivos capazes de dar aos costumes a qualificação de “costumes jurídicos”. Pode acontecer que um indivíduo pratique um ato moral por “adesão” de ordem pura e estritamente racional – aceita uma via e seguem-a, outros praticam atos morais por assentimento espontâneo da alma. O direito está permeado de Moral, e a Moral permeada de ditames costumeiros de Moral. O cumprimento e a saudação são regras bilaterais, mas uma bilateralidade não exigível, pois, não podemos ser obrigados a cumprimentar alguém. Embora o homem bem-educado não precise de regras obrigatórias para ser cavalheiro – trata-se de obrigação que reconhecemos como sendo jurídica. A razão de medir do direito não se polariza em um sujeito ou no outro sujeito, mas é transubjetiva em razão de algo que atribui as duas certo comportamento e certas exigibilidades, fenômeno jurídico é dada por esse elemento que não se encontra nas outras formas de conduta. Na relação jurídica há sempre valor que integra os comportamentos de dois ou mais indivíduos, não se pode exigir a prestação de outrem, sem que antes se tenha satisfeito a própria. A exigibilidade objetiva é usada pelos jus filósofos para distinguir o Direito da Moral resultando na apontada nota distintiva que é a essencial. Temos então, que o ser humano pode se relacionar com outro, encontrando cada qual no outro a medida ou o fim de seu agir, conservando-se senhor e juiz último de sua conduta. A conduta ética pode ser vista sob cinco modalidades fundamentais – religiosa, amorosa, moral, costumeira e jurídica. Embora destituída de caráter necessariamente ético, dada a sua natureza técnica, não normativa, a conduta econômica transpõe para outro plano a compreensão da atividade produtiva, assim, o sujeito se põe perante outro sujeito em razão de um bem ou riqueza permutável. Logo, evidenciamos conexões entre a conduta econômica e a jurídica, mas sempre em função de bens suscetíveis de qualificação e atribuição diversa. A conduta política implica o estudo da correlação entre o Direito e o Poder.

### REFERÊNCIA

REALE, Miguel. Modalidade de conduta. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

## ESTÁTICA E DINÂMICA DO DIREITO

### RESUMO

CORTES, Regiane  
CARVALHO, Marden  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Ser. Dever ser. Dinâmica Jurídica.

Existe impossibilidade de uma separação rígida entre o mundo do ser (*Sein*) e do dever ser (*sollen*), concebidos como categorias ontológicas radicalmente distintas. É impossível focalizar o problema da funcionalidade do dever ser e ser, sem correlacionar o que está prescrito na norma jurídica com o que ela efetivamente representa no plano concreto dos comportamentos humanos. Assim, há entre o ser e dever ser umnexo de implicação e polaridade. Segundo Kelsen, o direito só se realiza em virtude da interferência de um ato de vontade, acentuando a distinção entre o direito como “sistema estático” e como “sistema dinâmico”, sendo que, o primeiro é um “sistema de normas determinantes dos atos de conduta humana”, e o segundo, “atos de conduta humana determinados por normas”. Desse modo, a norma passa a ter referência mais positiva ao plano da existência concreto sendo elemento inseparável da conduta. A preocupação com os atos humanos são problemas que antes ocupavam posição mais ou menos obscura, fazendo uma distinção fundamental entre a Ciência do Direito, que estuda a norma jurídica, aquilo que deve ser enquanto prescrição normativa e a Teoria Pura do Direito, que estuda a proposição jurídica, destinada a descrever o “dever ser”. O Poder passa a ser focalizado como elemento essencial ao processo de criação do Direito, de tal modo que nem todo juízo de dever ser é norma, mas somente aquele que é posto. O jurista enuncia proposições jurídicas (regras de direito), enquanto que só as autoridades constituídas estabelecem normas de direito. Razão pela qual a norma jurídica passa a ser vista sob sua imperatividade – “O Direito é uma ordem de compressão”; “**o Direito é uma organização da força**”. Kelsen considera o Direito em sua aplicação prática: o estudo perfilando-se o fato ao lado da norma, conceituando norma jurídica como “o sentido objetivo de um ato de vontade”.

### REFERÊNCIA

REALE, Miguel. O normativismo lógico de Hans Kelsen e a eficácia do Direito: estática e dinâmica do direito. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva 1999.

## TEORIAS TRIDIMENSIONAIS

### RESUMO

ARAÚJO, Carla  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Fato. Valor. Norma.

Extrai-se do texto que, há inúmeras modalidades de concepções tridimensionais genéricas, bem como, diferentes teoria específica, entretentes, necessária se faz analisar a distinção entre os três elementos: **fato, valor e norma**. Pois bem, a todo momento a sociedade está sofrendo transformação, assim sendo, florescendo fatos, valores e naturalmente normas, passo a exemplificar o texto com um fato atual na nossa sociedade: o ponto de vista da constitucionalidade é legal o reconhecimento da união homoafetiva, casais gays agora podem pleitear direito a herança, partilha de bens e pensão alimentícia. Bem como um avanço, pois a Constituição Federal é clara, não pode haver discriminação, as pessoas são livres, da igualdade, da liberdade, da dignidade, da segurança jurídica fazem da vida o que quiser. Em obediência a teoria tridimensional do direito, fato, valor e norma. Tem um fato que é real na sociedade, ao longo período de convivência adquire-se, por exemplo, patrimônio, com o falecimento ou separação há uma quebra de relação então nasce o valor, eis a necessidade de uma norma (lei) que ampara com o objetivo de trazer a paz social. O Brasil é um país laico, a nossa Lei Maior consagrou, não há o que discutir existe um fato que por sua vez gera valor e que para haver paz precisa de uma norma que o regulamente.

### REFERÊNCIA

REALE, Miguel. O tridimensionalismo abstrato ou genérico. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

## DIREITO E MORAL NA IDADE MÉDIA RESUMO

ANASTÁCIO, Kely  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Moral. Idade Média. Cristianismo.

Com o advento do cristianismo, opera-se uma distinção fundamental e definitiva entre política e religião, entre a esfera do estado e a árbitra ação própria do homem, a qual deixa de valer como cidadão e passa a valer como homem. Essa distinção entre política e religião significa uma clara discriminação entre a esfera moral e a esfera política, sem contrapor uma à outra, no sentido universalista, o homem tem uma totalidade de seu ser onde faz um propósito de não traçar uma fronteira entre a moral e o direito, mais a preocupação da ordem. Com o estudo desenvolvido, devemos por em realce a personalidade do pensador santo Agostinho que é uma grande matriz do pensamento medieval, fortemente influenciado em Aristóteles e nos ensinamentos dos juristas romanos. A teoria de Santo Tomas encontra-se desenvolvida na *summa theologica*, onde o grande pensador medieval trata das questões da lei e da justiça, com idéias de um bom direito material que destina a representar afirmações de uma lei nova contra uma lei velha, desse jeito compreende-se que o Santo Tomas entende que a doutrina moral e jurídica é uma *Lex*, que se divide em três tipos de lei: *Lex aeterna* e *Lex naturalis* e *Lex humana*. Acima delas esta a *Lex divina*, ou seja, a lei revelada por Deus que não pode ser confundida com a *Lex aeterna* que é o plano racional de Deus, a uma ordem do universo inteiro, onde passa a sabedoria divina, dirigente de todas as coisas para o plano da Providência conhecida por Deus. A *Lex naturalis* se dá através da força da razão que pode ser aquilo que o homem deve fazer ou deixar de fazer, junto a *Lex naturalis*, Tomás considera a *Lex humana* onde trata da lei jurídica, que é feita pelo homem. Onde os homens são sociáveis por natureza, para fazer as leis jurídicas livrar os indivíduos do mal.

## REFERÊNCIA

REALE, Miguel. Direito e moral na Idade Média. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva 1999.

# O VALOR DA PESSOA HUMANA: A PESSOA COMO VALOR FONTE

## RESUMO

MACHADO, Lucas  
CASTRO, Débora  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Cultura. Valor. Pessoa. Sociedade.

No nosso modo de ver e viver, valor está relacionado somente as “coisas valiosas”. Nas sábias palavras de Reale é possível ter uma noção do que de fato é valor. O homem é o único ser capaz de valores, pois ele é o valor fonte de todos os demais, tudo isso porque ele é o único ente capaz de tomar consciência de sua própria valia, através de suas experiências históricas. Para entender essa inovação de que o homem é capaz, basta analisar o mundo primitivo com os dias atuais, onde só houve mudanças significativas em decorrência da ação humana para modificar o meio, tudo isso através de seus conceitos. Onde o homem soube compreender o que tinha a sua volta e a partir daí, integrar estes fenômenos em sua existência. Para melhor analisarmos o valor em questão é necessário desmistificar o que ele significa para o homem. Pois o homem sempre busca inovar e aprimorar-se diante daquilo que lhe é exposto. Na natureza tudo se transforma, nada se cria. Diante desta afirmação é possível ver que o homem só vem acrescentar a natureza, seja com novas sínteses de conhecimento ou nas constituições de novas vidas. Os valores dos homens são projetados na vida em sociedade, onde já há dentro desta sociedade valores estabelecidos e o homem vem acrescentar os seus a estes. Para Reale, não basta que o homem exista, ele tem que dar sentido a sua existência. A liberdade esta intimamente ligada ao valor, pois é a escolha constitutiva de bens, poder nomotético de síntese com a liberdade e autoconsciência. Não é possível haver vida sem valores, e a sociedade é fundamental para a condição transcendental e intrínseca do homem. Reale destaca ainda que os valores são reconhecidos como **valores fundamentais e fundantes** que guiam os homens. Logo se vê a importância desta relação entre a pessoa humana e os valores, onde um não se completa sem o outro.

## REFERÊNCIA

REALE, Miguel. A cultura e o valor da pessoa humana. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

# ALIMENTAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES RESUMO

BRANDÃO, Jéssica  
MOTA, Luciene

**Palavras-chave:** Prevenção. Coração. Atividade. Dieta.

Doenças cardiovasculares são quaisquer disfunções que possam comprometer o sistema cardiovascular e impedir a realização de suas funções vitais, como suprir as células de oxigênio e nutrientes, removendo as excretas e os produtos do metabolismo. (LEITE, FIGUEIREDO e ERDMANN, 2006). A ausência de atividade física, ou de exercício, foi identificada como um dos fatores de risco ligados ao surgimento de aterosclerose e de doença cardiovascular. (WILLIAMS, 2002). Os profissionais de Educação Física são importantes personagens na prevenção das doenças cardiovasculares, já que estão instrumentados para trabalhar diretamente com a prática de atividade física e indiretamente com as orientações alimentares. As modificações na dieta constituem estratégias importantes para tratar três fatores de risco cardiovascular importantes: hiperlipidemia, hipertensão e hiperglicemia. As dietas com restrição de sódio, lipídeos, colesterol e/ou calorias são normalmente prescritas. (BRUNNER e SUDDARTH, 2002). A alimentação e os exercícios físicos são de suma importância para prevenção de doenças cardiovasculares. Este grupo de doenças é a primeira causa de morbidade e mortalidade de homens e mulheres no mundo. Os alimentos naturais e uma nutrição correta junto ao exercício físico podem contribuir na prevenção dessas patologias. O profissional de educação física poderá orientar com programas de exercícios, efetuado em fundamentos adequados, visando alcançar uma meta, sempre orientando a respeito do valor de costumes de vida ativa, e também acrescentando e incentivando uma atitude de uma vida saudável, colaborando para diminuir os perigos de enfermidades recorrentes a doenças cardiovasculares não transmissíveis e as consequências que advêm. O indivíduo que altera o seu estilo de vida, dando uma importância maior à atividade física, praticando as atividades aeróbicas de alta intensidade ou moderada regulamente, fazendo uma dieta saudável, mantendo o peso, deixando de lado bebidas alcoólicas e tabagismo terá uma grande melhoria na saúde. Pois mantendo hábitos saudáveis o coração agradece e ainda melhora a auto-estima.

## REFERENCIA

- BRUNNER e SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médica-cirúrgica**, 9 ed. Rio de Janeiro, RJ. v. 2, 1034 p.2002.
- LEITE, J. L.; FIGUEIREDO, N. M. A.; ERDMANN, A. L. Guia prático em cardiopatias. São Caetano do Sul-SP: Yendis, 2007. 228 p.
- WILLIAMS, M. H. **Nutrição para saúde, condicionamento físico e desempenho esportivo**, 5 ed. São Paulo: 2002. 500 p.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS DIFERENTES TEORIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

## RESUMO

MOURA, Andréia  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Epistemologia. Educação Física. Pesquisa.

A educação física e a sua prática nas escolas ainda é foco de muitas discussões ao definir seu papel. Discute-se seu papel de formar cidadãos e sua atuação para a melhoria da saúde e educação do corpo para o trabalho. Já a educação física brasileira no período do regime militar era considerado como preparo de jovens para virarem atletas que iriam apresentar o país em competições, Jocimar Daólio (1997) aponta que neste período, surgiram dos primeiros doutorados no exterior, no mesmo momento se deu a criação de cursos de Pós graduação no país. Os acadêmicos da educação física brasileira foram tomados como parte de um universo simbólico produzido e ainda socialmente mantido na educação física como construções sociais representadas por grupo de estudiosos, uma vez que desempenhavam papéis relevantes nessa dramaturgia. O campo de produções acadêmicas da educação física foi fortemente influenciada pela contribuição importante de um filósofo português chamado **Manuel Sergio** na década de 80 que acabou influenciando as discussões acadêmicas da área. Seu pensamento influenciou a forma como a educação física nas escolas tradicional ou “conservadoras” era compreendida, influenciando o pensar e a ação social da educação física escolar. A partir de uma visão da parte cultural do movimento como do jogo, do esporte, da ginástica, da dança, e exercícios de luta como estilo de vida saudável. Em relação a atitudes a Educação Física passa a reforçar as atitudes positivas nos alunos, colocando o professor em um papel importante, devido a influência dele sobre os alunos e trazendo consigo os valores que serão levados para a sua vida e dos seus alunos, como afetividade, carinho e respeito, a Educação Física vem reforçar as atitudes positivas nos alunos

## REFERÊNCIA

MACHADO, Filipe. **Considerações sobre uma constituição histórica das diferentes teorias da educação física**. 2011. Disponível em :<  
<http://cbs.wondershare.com/go.php?pid=1159&m=db>> Acesso em 29 abr. 2014.

**NOVAS PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
RESUMO**

SANTOS, Dyonata  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Formação profissional. Educação Física.

Este artigo aborda as características e os principais tipos de **modelos curriculares** utilizados na formação profissional em educação física. Segundo Irene Rangel e Mauro Betti, a formação profissional em educação física constitui-se, desde a década de 80, uma questão crucial para a área no Brasil, tendo sido objeto de inúmeras publicações e debates. São dois os tipos de currículo, o currículo tradicional-esportivo e o currículo de orientação técnico - científica. O currículo tradicional-esportivo enfatiza as chamadas disciplinas práticas, o conceito de prática está baseado na execução e demonstração por parte do professor. Há separação entre teórica e prática. Teórica é o conteúdo apresentado na sala de aula e prática é a atividade na quadra, pista, piscina e etc. O currículo de orientação técnico-científica valoriza as disciplinas gerais e aplicadas, e abre espaço ao envolvimento com as ciências humanas e a filosofia. Aqui o conceito de prática é outro: trata-se de ensinar a ensinar. O modelo técnico científico surgiu no Brasil em meados da década de 80, e consolidou-se no início da década de 90, acompanhando as mudanças conceituais e da educação física. Recebeu muita influência da concepção que vê a educação física como área do conhecimento ou ciência que seria responsável pela produção de conhecimentos científicos sobre o homem em movimento nas perspectivas biológica, psicológica, e sociológica. Por conta desta concepção e da ampliação e diversificação do mercado de trabalho, já não mais restrito a escola, surgiu a proposição, de implantação, do **bacharelado** em educação física. Na ânsia de atender ao mercado de trabalho, os currículos de licenciatura em educação física, baseados neste modelo, sofreram um inchaço, provocado pela incorporação de conteúdos ligados a novas áreas de atuação.

**REFERÊNCIA**

RANGEL-BETTI, Irene; BETTI, Mauro. **Novas perspectivas na formação profissional em educação Física**. 1996. Disponível em:<  
[http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/02n1/V2n1\\_ART02.pdf](http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/02n1/V2n1_ART02.pdf)> Acesso em 29 abr. 2014.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA LEISHMANIOSE VISCERAL: CASOS NOTIFICADOS EM 2011 NO MUNICÍPIO DE UNAÍ-MG.

COSTA<sup>1</sup>, Sara Rodrigues Pires  
MARRA<sup>1</sup>, Ana Cristina  
MOTA<sup>2</sup>, Luciene Lourenço

Palavras-chave: Perfil. Epidemiologia. Leishmaniose Visceral.

### INTRODUÇÃO

A Leishmaniose Visceral (LV) é considerada uma das enfermidades parasitárias de grande impacto sobre a saúde pública mundial (ASSIS; BRAGA; PEDRAS, 2008). Buscando contextualizar os conhecimentos em epidemiologia, realizou-se um estudo cujo objetivo foi investigar os dados quantitativos sobre a incidência de LV em Unai-MG no ano de 2011.

### REFERENCIAL TEÓRICO

A LV ou Calazar, é uma doença crônica grave, podendo ser fatal ao homem. É causada por espécies do gênero *Leishmania*. Normalmente, é através da picada do mosquito fêmea de *Lutzomyia longipalpis* infectado que as formas promastigotas metacíclicas são inoculadas no hospedeiro. No homem o período de incubação varia entre 10 dias a 24 meses, com média entre 2 a 6 meses (BRASIL, 2010).

### METODOLOGIA

Optou-se pela pesquisa documental com análise quantitativa apoiada na pesquisa literária. A coleta de dados ocorreu no Serviço de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Unai-MG. Os instrumentos estudados foram as fichas de notificação compulsória de casos de LV ocorridos no ano 2011. Os dados foram consolidados em gráficos, relacionando os resultados alcançados com as revisões bibliográficas.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre janeiro a dezembro de 2011 em Unai-MG, foram notificados 21 casos da doença. Demograficamente observou-se que dentre os pacientes notificados 57,14% eram do sexo masculino e 48,35% do sexo feminino. A faixa etária mais acometida foram crianças menores de 5 anos (47,60%) que normalmente tem um contato mais habitual com animais, em comparação com adultos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição de casos de LV segundo idade.

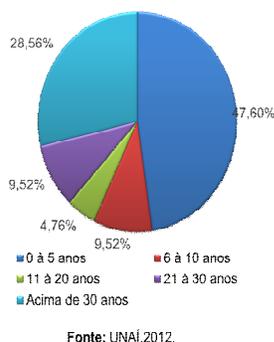
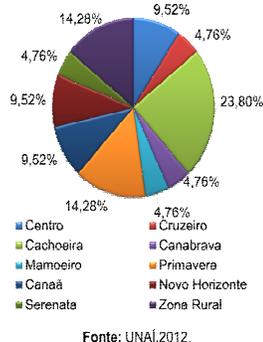


Gráfico 2: Distribuição dos casos de LV por bairros na cidade de Unai-MG.



Analisando a distribuição dos casos de LV por bairros na cidade de Unai-MG, observou-se que o maior índice ocorreu no bairro Cachoeira (23,8%) (Gráfico 2), ultrapassando a zona rural. Ressalta-se que na literatura, primeiramente, a LV foi caracterizada como agravo eminentemente rural. Quanto à procura por atendimento na unidade de saúde, observa-se no Gráfico 3 que 33,33% dos casos buscaram apoio em saúde já nos primeiros sintomas da doença. Destaca-se que inicialmente a LV pode apresentar quadro clínico discreto, principalmente em crianças. Quanto à evolução dos casos notificados de LV (Gráfico 4), nota-se que o índice de cura foi satisfatório (90,47%), talvez pelo fato de que a procura de tratamento ocorreu na fase inicial da enfermidade, proporcionando mais eficácia no tratamento e melhor chance de cura.

Gráfico 3: Distribuição de casos de LV segundo a procura pela unidade de saúde depois dos sintomas iniciais.

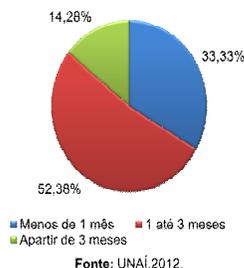


Gráfico 4: Distribuição dos casos de LV de acordo com a evolução da doença.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que apesar dos casos endêmicos de LV no município de Unai, faz-se necessário maior atenção dos gestores e da comunidade na prevenção do agravo, mas também um cuidado especial àqueles que são afetados pela doença para diminuir suas possíveis consequências.

### REFERÊNCIAS

ASSIS, Tália Santana Machado de. BRAGA, Alexandre Sérgio da Costa, PEDRAS, Mariana Junqueira. et al. Validação do teste imunocromatográfico rápido IT-LEISH® para o diagnóstico da leishmaniose visceral humana\*. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília. 107-116 abr-jun, 2008. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BRASIL, Ministério da saúde. *Doenças infecciosas e parasitárias - guia de bolso*. 8ª ed. Secretaria de Vigilância em Saúde. Pag. 277-283. BRASÍLIA / DF.2010.

UNAI. Secretaria Municipal de Saúde. *Serviço Epidemiológico*. SINAN. 2012.

<sup>1</sup>Acadêmicas do 7º Período do Curso de Enfermagem da FACTU

<sup>2</sup> Professora do Curso de Enfermagem e orientadora do trabalho

# INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

## RESENHA

Amanda Silva Dias  
Vilma D'arc Pereira de Miranda  
Juliana Lacerda Machado

**Palavras-chave:** Pequenas empresas. Inovação. Competitividade.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de como técnicas e práticas utilizadas em grandes empresas podem ser aplicadas com sucesso nas micro e pequenas empresas. Para uma empresa é difícil saber o que vai acontecer no futuro, se a concorrência vai ser grande, se seus fornecedores terão condições de atender a demanda. Não adianta construir uma empresa sem pensar nas consequências que essa ação pode gerar: A empresa vai contribuir com a geração de emprego e renda, irá agredir o meio ambiente? O produto produzido é adequado à região e vai trazer lucro à empresa? As empresas sejam elas de pequeno, médio ou grande porte deve ter uma visão global para saber como se administrar, já que com a virtual extinção de fronteiras físicas entre países muitas barreiras estão sendo quebradas. Sabe-se que a maior parte das empresas brasileiras é formada por micro e pequenas empresas e grande parte da economia gira em torno delas, pois são mais ágeis e rápidas em tomada de decisões, sendo assim, elas são mais eficientes e eficazes. Para que as pequenas empresas possam se manter no mercado é necessário traçar metas de competitividade, enfrentando assim, alguns dos problemas que possam afetá-la futuramente. Um ambiente empresarial deve ser regido por leis, órgãos governamentais e grupos de pressão que influenciam a atuação das organizações e dos indivíduos na sociedade. Outro fator de grande importância para o ambiente empresarial é o desenvolvimento tecnológico e como este afeta a vida das pessoas, já que ao mesmo tempo em que traz benfeitorias, pode trazer também grandes problemas. O planejamento é necessário, pois todas as empresas devem estar preparadas para enfrentar o que virá no futuro a curto, médio e longo prazo. Conclui-se que a inovação e competitividade nas pequenas empresas é um grande desafio, de maneira que por meio delas são minimizados os conflitos e resistências que surgem. Assim, pode-se dizer que, a empresa que planeja, consegue vê as suas metas acontecerem. Recomendamos este trabalho aos acadêmicos de Administração, bem como pequenos e micro empresários e as pessoas interessadas na área.

## REFERÊNCIA

MANGANOTE, E. J. T. Inovação e competitividade nas pequenas empresas. **Revista Administração e Sociedade**, Campinas, v. 1, nº 2, p. 191-205, jul/dez, 2000.

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA  
NUPEX**

**MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR  
2014  
INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

**Período de Execução:  
Início: 28 de março  
Culminância: 08, 09 e 10 de maio  
Término: 10 de maio**

## 1. CARACTERIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

---

Segundo nosso plano de Desenvolvimento institucional (PDI) a FACTU tem por missão produzir, e difundir conhecimentos, articular saberes a partir da iniciação científica, promovendo assim a formação integral, humanista e técnico-profissional nas várias áreas do conhecimento humano com o intuito de contribuir para a melhoria de vida, formação de uma consciência crítica, empreendedora e de cidadania, colaborando com o desenvolvimento sustentável da região em que está inserida.

Entre os objetivos de nossa instituição destacam-se:

- ✓ -Promover o trabalho de iniciação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- ✓ Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de socialização do conhecimento;

Conforme compromisso firmado em nosso plano de desenvolvimento institucional a FACTU criou e busca fortalecer o Programa de Iniciação Científica (PIC).

Este Programa destina-se a formação de novos recursos humanos para a pesquisa, desenvolvendo não só suas habilidades de investigação como também sua consciência crítica voltada a diferentes áreas do saber, por meio de: cumprimento de atividades complementares, apoio à participação voluntária, e o incentivo a iniciação científica nas disciplinas dos cursos de graduação.

A Mostra Científica Interdisciplinar, é um evento realizado no primeiro semestre de cada ano desde 2011, destinado a reunir toda a comunidade acadêmica para a discussão da produção científica na instituição e, sobretudo criar uma espaço para difusão dos trabalhos de iniciação científica realizado nas disciplinas dos sete cursos de graduação, estimulando a troca de experiências e a interdisciplinaridade.

A Mostra é resultado da parceria entre Direção Geral, coordenações de cursos e o NUPEX - O Núcleo de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da FACTU, que entre suas finalidades destaca-se a implementação de políticas de iniciação científica.

## 1.1 Tema da Mostra

O tema proposto para a Mostra 2014 é **INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**. Claramente, precisamos inovar, e as instituições que se adiantarem, demonstrando ousadia e capacidade de repensar os processos e objetivos de pesquisa irão contribuir de forma efetiva no desenvolvimento regional e nacional.

Neste aspecto a iniciação científica tem importante papel, pois tende a preparar o acadêmico a pensar soluções dirigidas através da pesquisa de campo para as questões micro regionais. Neste *seara*, as demandas ambientais e sociais tem maior destaque, pois através da pesquisa e da produção científica insere o acadêmico no seu habitat através da ação pensada e coordenada para soluções embasadas no pensar rigoroso das ciências e possibilitada através da investigação científica e da intervenção extensionista inseri-lo como agente de promoção de mudanças.

Felizmente, há cada vez menos gente que acredita em simplificações, sejam elas acadêmicas ou ideológicas. Há uma forte orientação para se buscar valores, bom senso e um pragmatismo voltado para resultados efetivos em termos de qualidade de vida das pessoas, e sustentabilidade do processo.

Os grandes dramas planetários de degradação do meio-ambiente e desigualdade são o objeto de pesquisa e intervenção dos nossos programas de iniciação científica e de extensão universitária. È o esforço de mobilizarmos nossos recursos subutilizados em função destes dois objetivos centrais: o ambiental e o social.

Neste escopo a mostra científica interdisciplinar buscar através do seu programa de iniciação:

- ✓ Produzir e disseminar conhecimento sobre práticas inovadoras de sustentabilidade na cadeia de valor.
  - ✓ Criar espaços para troca de experiências e formação de rede, articulando atores sociais em torno do tema da inovação e sustentabilidade na cadeia de valor.
-

## **2. OBJETIVOS E METAS**

---

Conforme a política de Iniciação Científica da FACTU, o objetivo principal da mostra é:

### **2.1. Objetivo Geral**

- ✓ Incentivar o desenvolvimento e a realização da pesquisa científica institucional, visando ao aprimoramento dos corpos docente e discente;

### **2.2. Objetivos Específicos**

- ✓ Proporcionar aos estudantes a orientação por pesquisador qualificado, e o aprendizado de técnicas e métodos de pesquisa, mediante contato direto com os problemas de pesquisa;
- ✓ Estimular pesquisadores produtivos a engajarem estudantes de graduação no processo de investigação, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa na Instituição;
- ✓ Promover a interdisciplinaridade das áreas do saber através de pesquisas de iniciação científica.

### **2.3. Metas**

- ✓ Promover a apresentação de trabalhos de iniciação científica em todos os cursos;
- ✓ Apresentar mais de 200 trabalhos de iniciação científica (resumos, resenhas, ensaios, coleta de dados e projetos de pesquisa);
- ✓ Selecionar mais de 200 trabalhos de iniciação científica para publicação nos anais da mostra científica.
- ✓ Obter a adesão de mais de 20 orientadores.

### **2.4. Público Alvo**

- ✓ Acadêmicos de graduação de todos os cursos;
  - ✓ Professores de todos os cursos;
  - ✓ Acadêmicos e professores de instituições convidadas.
-

### 3. METODOLOGIA

---

A Mostra destina-se a criar o espaço para incentivo e publicação de trabalhos de iniciação científica e, a fim de realizarmos esse propósito será organizada da seguinte forma:

#### PREPARAÇÃO

- ✓ Lançamento do Guia de Iniciação Científica (contendo as orientações para publicação dos trabalhos);
- ✓ Reunião com coordenadores de curso e Direção Geral para definição do tema do evento e cronograma de atividades;
- ✓ Lançamento da Mostra Científica para os professores;
- ✓ Distribuição de materiais (guias e modelos);
- ✓ Treinamento de Iniciação científica (professores de metodologia);
- ✓ Divulgação da Mostra na comunidade acadêmica e na sociedade (cartaz oficial do evento e mídia escrita e falada);
- ✓ Informação sobre orçamento de gráfica para comunidade acadêmica;
- ✓ Agendamento de palestrante para abertura oficial do evento;
- ✓ Organização dos painéis para exposição de trabalhos;
- ✓ Planejamento de organização do espaço para o evento;
- ✓ Recebimento e revisão das publicações lançadas na Mostra (FACTU CIÊNCIA, FACTU JURÍDICA E EBOOK SUSTENTABILIDADE);
- ✓ Impressão de revista a serem lançadas;
- ✓ Preparação do Cerimonial.

#### CRONOGRAMA DO EVENTO

##### **Dia 08 de Maio (quinta-feira)**

- ✓ Abertura do evento (cerimonial);
- ✓ Formação da Mesa (coordenadores de curso, Núcleos e Diretores);
- ✓ Execução do Hino Nacional;
- ✓ Abertura Oficial com Diretor Geral;
- ✓ Lançamento de publicações (NUPEX);
- ✓ Palestras no Auditório Professor Lozetti (**A publicação de trabalhos acadêmicos e seus reflexos no currículo** – Professora Msc. Michelle Lucas Balbino: Mestre em Desenvolvimento sustentável e bacharel em Direito, é servidora da superintendência

regional de ensino e professora de Metodologia e Desenvolvimento sustentável da FACTU).

#### **Dia 09 de Maio (sexta-feira)**

- ✓ Exposição de trabalhos de iniciação científica (resumos, resenhas, ensaios e coleta de dados);
- ✓ Apresentação oral de trabalhos acadêmicos (bancas em sala de aula e apresentações junto ao público nos expositores);

Palestra no Auditório Professor Lozetti Projeto Mercadológico **“Personaliz” e Empreendedor Individual – SEBRAE** - Sob a coordenação da Profª. Msc. Cláudia Machado e seus orientandos -Laís Amorim Carvalho da Silva; Murilo Ferreira Gonçalves; Gildo Pereira de Souza Filho e consultor SEBRAE convidado Professor Harley Gaia.

#### **Dia 10 de maio (sábado)**

- ✓ Exposição de trabalhos de iniciação científica (resumos, resenhas, ensaios e coleta de dados);
- ✓ Apresentação oral de projetos de pesquisa em andamento (TCC) em salas de aula e com banca de professores.
- ✓ Palestra no Auditório Professor Lozetti (**A coleta e a análise de dados qualitativos na pesquisa de campo** – Professora Ana Carolina Ribas – Bacharel em Enfermagem, Msc. em Psicologia e professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai).